

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - DPRF

Diretora-Geral
Maria Alice Nascimento Souza

**VIGÉSIMA PRIMEIRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – 21ª SR/DPRF/RO-AC**

Superintendente
Alvarez de Souza Simões

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Porto Velho/RO, 2014

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - DPRF

Diretora-Geral
Maria Alice Nascimento Souza

**VIGÉSIMA PRIMEIRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – 21ª SR/DPRF/RO-AC**

Superintendente
Alvarez de Souza Simões

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 da Vigésima Primeira Superintendência Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal/RO-AC/MJ apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e da Portaria CGU 133/2013

Porto Velho/RO, 2014

Lista de Abreviaturas e Siglas

- DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- DRPRF – Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal
- LOA – Lei Orçamentária Anual
- MJ – Ministério da Justiça
- MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
- PPA – Plano Plurianual
- PRF – Polícia Rodoviária Federal
- SRPRF – Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
- UG – Unidade Gestora
- UJ – Unidade Jurisdicionada
- SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
- PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
- 21ª SR/DPRF/RO-AC - Vigésima Primeira Superintendência Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- DEL – Delegacia PRF
- PCR – Posto de Controle Rodoviário
- CRG – Corregedoria-Geral da União
- AGS – Acompanhamento Geral de Serviços
- SAD – Sindicância Administrativa Disciplinar
- PAD – Processo Administrativo Disciplinar
- SISCOR – Sistema de Corregedoria
- DNRC – Documento de Notificação de Recolhimento de Carteira Nacional de Habilitação
- DRV – Documento de Recolhimento de Veículo

Listas de Quadros e Tabelas

IDENTIFICAÇÃO DA TABELA E ANEXO	Página
Tabela I – Quadro A.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada	13
Tabela II – Mapa Estratégico da Polícia Rodoviária Federal 2012-2020	17
Tabela III – Quadro com Objetivos de Governo e Metas para o PPA	17
Tabela IV – Quadro com Indicadores e Metas para a UJ no Exercício de 2012	18
Tabela V – Quadro Quantitativo e Percentual de Acidentes e Vitimados	19
Tabela VI – Quadro Percentual de Acidentes e Vitimados Considerando a Evolução da Frota	19
Tabela VII – Quadro Quantitativo e Qualitativo de Autos de Infração	19
Tabela VIII – Quadro Demonstrativo de Ações Operacionais	20
Tabela IX – Quadro e Apreensões, Prisões e Encaminhamentos	20
Tabela X – Organograma Funcional Superintendências	22
Tabela XI – Quadro Demonstrativo de Circunscrição e Malha Rodoviária da UJ	26
Tabela XII – Quadro de Macro Processos Finalísticos	27
Tabela XIII – Quadro de Macro Processos de Apoio	30
Tabela XIV – Quadro Demonstrativos de Operações Nacionais DPRF	40
Tabela XV – Quadro Demonstrativos de Operações Regionais	40
Tabela XVI – Quadro Demonstrativo e Percentual Por Tipo de Acidentes – ANEXO I	97
Tabela XVII – Causas Concorrentes de Acidentes – ANEXO II	98
Tabela XVIII – Demonstrativo Percentual de Condições de Tempo nos Acidentes – ANEXO III	99
Tabela XIX – Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	44
Tabela XX – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo - 14VN – ANEXO IV	100
Tabela XXI – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo - 2000 – ANEXO V	101
Tabela XXII – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo - 2004 – ANEXO VI	102
Tabela XXIII – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo - 20IC – ANEXO VII	103
Tabela XXIV – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo - 20UB – ANEXO VIII	104
Tabela XXV – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo - 2723 – ANEXO IX	105
Tabela XXVI – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo - 7U23 – ANEXO X	106
Tabela XXVII – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo - 8698 – ANEXO XI	107
Tabela XXVIII – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo - 8785 – ANEXO XII	108
Tabela XXIX – Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	48
Tabela XXX – Quadro Comparativo das Atividades Correicionais	55
Tabela XXXI – Quadro A.4.3.1.5 – Despesas Por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	57

Tabela XXXII – Quadro A.4.1.3.6 – Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – ANEXO XIII	109
Tabela XXXIII – Quadro A.4.3 – Restos a Pagar em Exercícios Anteriores	58
Tabela XXXIV - Quadro A.5.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12	60
Tabela XXXV - Quadro A.5.1.1.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12	60
Tabela XXXVI – Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)	61
Tabela XXXVII - Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12	62
Tabela XXXVIII - Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12	62
Tabela XXXIX - Quadro A.5.1.3 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores – ANEXO XIV	110
Tabela XL – Quadro A.5.1.4.1 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31 de Dezembro	63
Tabela XLI - Quadro A.5.1.4.2 – Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31 de Dezembro	64
Tabela XLII - Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	65
Tabela XLIII – Cursos de Capacitação	66
Tabela XLIV – Tabela de Afastamentos	67
Tabela XLV – Quadro A.5.2.3 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva da UJ – ANEXO XV	111
Tabela XLVI – Quadro A.5.2.4 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	112
Tabela XLVII - Quadro A.5.2.6 – Composição do Quadro de Estagiários	71
Tabela XLVIII – Quadro Quantitativo da Frota	72
Tabela XLIX – Quilômetros Rodados e Média Por Tipo e Média Geral	72
Tabela L – Despesa com Manutenção da Frota	73
Tabela LI – Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	75
Tabela LII - Quadro A.6.2.2 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ , Exceto Imóvel Funcional – ANEXO XVII	113
Tabela LII - Quadro A.7.1 - Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	76
Tabela LIII - Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	81
Tabela LV- Quadro A.8.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	83
Tabela LVI - Quadro A9.1.2 – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	85
Tabela LVII – Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	87
Tabela LVIII - Quadro A.9.6 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	89
Tabela LIX – Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.	95
Tabela LX - Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa - ANEXO XVIII	114

Sumário

	DESCRIÇÃO	Página
1	UNIDADE JURISDICIONADA	13
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada	13
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	14
1.3	Organograma Funcional	22
1.4	Macroprocessos Finalísticos	26
1.5	Macroprocessos de Apoio	30
1.6	Principais Parceiros	32
2	PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTANDOS ALCANÇADOS	33
2.1	Planejamento da Unidade	39
2.1.1	Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	41
2.1.2	Execução do Plano de Metas ou de Ações	44
2.1.3	Indicadores	44
2.2	Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	45
2.2.1	Ações/Subtítulos – OFSS	45
2.2.1.1	Análise Situacional	46
3	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	47
3.1	Estrutura de Governança	47
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	48
3.3	Sistema de Correição	50
3.4	Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	56
4	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	57
4.1	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	57
4.1.1	Movimentação de Créditos Interna e Externa	58
4.1.2	Análise Crítica da Despesa	58
4.2	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	58
4.3	Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	58
4.3.1	Análise Crítica	58
5	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	59
5.1	Estrutura de Pessoal da Unidade	59
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	59

5.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	60
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	61
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções	61
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	61
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	62
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	63
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	63
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	63
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	63
5.1.5	Cadastramento no SISAC	64
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	64
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	65
5.1.6.1	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	65
5.1.7	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	66
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	69
5.2.1	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	69
5.2.2	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	70
5.2.3	Análise Crítica dos Itens 5.2.1 e 5.2.2	70
5.2.4	Composição do Quadro de Estagiários	70
6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	71
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	71
6.2	Gestão do Patrimônio Imobilizado	74
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	74
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional	75
6.2.3	Análise Crítica	75
7	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	76
7.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	76
7.1.1	Análise Crítica	77
8	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	80
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	81
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	83
9	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	84
9.1	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	85
9.2	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	86
9.2.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	86

9.2.1.1	Análise Crítica	87
9.3	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	88
9.4	Alimentação SIASG e SICONV	89
10	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	89
11	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	93
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	93
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	95
11.2.1	Declaração com Ressalva	95

Introdução

A Polícia Rodoviária Federal, inicialmente intitulada de “Polícia de Estradas”, competia exclusivamente o controle do tráfego rodoviário das rodovias Rio - Petrópolis, Rio - São Paulo e União Indústria. Inserida na Carta da República de 1988, componente do sistema nacional de segurança pública, de atuação em todo o território nacional, em ações institucionais ou em cooperação com outros órgãos e instituições em todas as áreas de segurança pública, em especial no Patrulhamento das vias federais.

A atuação institucional tem como foco principal o trânsito de veículos, pessoas e bens nas vias federais, assegurando a sua livre fluidez, evitando a ocorrência de acidentes, impondo sanções em infrações administrativas de trânsito e coibindo ações ilícitas em todas as searas (criminal, tributária, ambiental, administrativas, etc).

Como bem indisponível, a vida dos usuários das vias federais ou das populações lindeiras, como em qualquer sociedade, precede em grau de hierarquia, razão pela qual, todas as ações, sejam elas de competência exclusiva da Polícia Rodoviária Federal ou concorrente com outros órgãos ou entidades, estão voltadas a redução do número de vítimas fatais e não fatais em acidentes de trânsito.

Os acidentes de trânsito, quaisquer que sejam os resultados, implicam negativamente na sociedade, seja em relação a perda de entes queridos, sequelas físicas e psíquicas permanentes, restrição/impedimento ao exercício de atividades profissionais pela população em idade economicamente ativa, danos materiais e outros, os quais refletem diretamente nas ações políticas governamentais, impactando as políticas públicas de saúde com necessidade de aplicação de recursos na manutenção de hospitais públicos e ainda, ao sistema de previdência pública.

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União, nº 63, de 1º de setembro de 2010, Decisões Normativas do Tribunal de Contas da União nº 134/2013 e, ainda, a Portaria TCU nº 175/2013, relativamente ao exercício financeiro de 2013.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 21ª Superintendência Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2012 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública, educação para o

trânsito e assistência à saúde.

Na forma da legislação em vigor, o relatório de gestão da Unidade Jurisdicionada contempla os tópicos previstos na parte A do Anexo II da Portaria TCU nº 175/2013:

NÃO APLICÁVEL	NÃO OCORRÊNCIA NO EXERCÍCIO
1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado	3.6 Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.
1.1.3 Relatório de Gestão Agregado	
1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos
2.2.1 Programa Temático	4.2.1 Análise Crítica
2.2.1.1 Análise Situacional	4.4 Transferências de Recursos
2.2.2 Objetivo	4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício
2.2.2.1 Análise Situacional	4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios
2.2.3 Ações	4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse
2.2.3.1 Ações - OFSS	4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse
2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFS	4.4.5 Análise Crítica
2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI	4.5 Suprimento de Fundos
3.3 Remuneração Paga a Administradores	4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo
3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal	4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”
3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)
3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos
3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores	4.5.5 Análise Crítica
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	4.7 Gestão de Precatórios
4.1.3 Realização da Despesa	4.7.1 Requisições e Precatórios da Administração Direta
4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	
4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação –	

Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ	4.7.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta
4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	4.7.3 Análise Crítica
4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ	5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ	6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade
4.6.1 Benefícios Financeiros e Creditícios	6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locado de Terceiros.
4.6.1.1 Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação	9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
4.6.1.2 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica	9.2 Tratamento de Recomendações do OCI
4.6.2 Renúncias Tributárias	9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício
4.6.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ - Identificação	9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
4.6.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida	11.2.1 Declaração Plena
4.6.2.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário	11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais
4.6.2.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia	11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida
4.6.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária	11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora
4.6.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária	11.6 Relatório de Auditoria Independente
4.6.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	12 Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.
4.6.2.8 Comunicações à RFB	12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ
4.6.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receita	
4.6.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal	
4.6.2.11 Fiscalizações Realizadas pela RFB	
4.6.2.12 Renúncia Tributária – Análise Crítica	
5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU	

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	
5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	

Na forma acima, não ocorreu ou não é aplicável a Unidade Jurisdicionada por não ser órgão público no sentido estrito do termo, pois é unidade desconcentrada do DPRF, Unidade Orçamentária, bem como, não é empregado mão de obra terceirizada em atividades inerentes aos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal e Quadro de Apoio.

Durante o exercício de 2013, não houve ocorrência de servidores terceirizados em relação aos cargos e atividades do plano de cargos do órgão, além de não ocorrência de substituição de empregados terceirizados em decorrência de concurso público, e de igual forma, não houve realização de concurso público em decorrência de ausência de autorização legal.

Todos os registros SISAC ou de comunicação ao TCU embora iniciados ou instruídos pela unidade jurisdicionada, são remetidos ou informados via sistema pela Unidade Central - DPRF

Para a elaboração do presente relatório, foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA) 2012/2015, o Orçamento autorizado na LOA/2013 para o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF e os relatórios de atividades das diversas áreas da Superintendência, o que possibilitou uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 21ª SR/DPRF/RO-AC encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das vias federais e o zelo com o patrimônio público.

1 UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Tabela I - Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – Departamento de Polícia Rodoviária Federal			Código SIORG: 000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Vigésima Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 21ª SR/PRF/RO-AC			
Código SIORG: Não Aplica	Código LOA: Não Aplica		Código SIAFI: 200131
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.494/0127-38
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(069) 3211 7836	(069) 3211 7837	(069) 3211 7838
Endereço Eletrônico: gab.ro@prf.gov.br			
Página na Internet: http://www.prf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Pinheiro Machado nº 1276, Centro – Porto Velho – CEP 76.801-112			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal, Decreto nº 1.655/1995, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 150, de 6 de agosto de 2007, aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal,			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061/2007. Lei 9.654/1998, Lei nº 11.358/2006 e Lei nº 11.784/2008			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 150, de 6 de agosto de 2007, aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal,			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
30107 - 200109	Departamento de Polícia Rodoviária Federal		

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Polícia Rodoviária Federal - PRF tem como missão precípua promover a segurança viária nas rodovias e estradas federais sob sua circunscrição. Naturalmente, o trabalho desenvolvido no leito viário impacta todo o espectro de segurança pública, tarefa típica do Estado. Portanto, pode-se dizer que os beneficiários dos serviços da PRF são os usuários dessas vias, bem como a população a ela lindeira e, em última análise, a sociedade de modo geral.

A segurança viária compreende a prevenção da ocorrência de acidentes de trânsito e, também, o enfrentamento aos ilícitos que se valem dessas vias para sua locomoção ou movimentação. A área de atuação da Unidade Jurisdicionada contempla extensa região de fronteira, o que demanda ações de enfrentamento ao tráfico de drogas, armas, contrabando, descaminho, crimes ambientais e, crimes contra a dignidade da pessoa humana ganha contornos mais fortes.

As competências da PRF têm seus principais marcos legais na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 9.503/93 (Código de Trânsito Brasileiro), no Decreto 1.655/95 e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria 1.375/2007 do Senhor Ministro da Justiça, o qual será apresentado no próximo campo – organograma funcional.

Com o advento da Constituição de 1988, a Polícia Rodoviária Federal foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, capítulo III, artigo 144, inciso II, tendo sua competência definida no parágrafo segundo do citado artigo, nos seguintes termos:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

II - polícia rodoviária federal

...

2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Sob essa nova ótica, a Polícia Rodoviária Federal passou a ter, também, como missão, parte das responsabilidades do Poder Executivo Federal para com a segurança pública, além das atribuições normais de prestar segurança aos usuários das vias federais, socorrer as vítimas de acidentes de trânsito, zelar pela proteção do patrimônio da União, entre outras.

O Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no DOU de 04 de outubro de 1995, por sua vez, define, amiúde, as competências institucionais da PRF, em particular nos aspectos ligados ao enfrentamento à criminalidade:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos,

animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;
IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;
VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;
VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;
IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na [Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente);
X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

No âmbito infraconstitucional, destaca-se a inserção da PRF no artigo 20 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro – CTB, definindo-a como órgão componente do sistema nacional de trânsito e dando as seguintes competências:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;
II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;
III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;
IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;
V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;
VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;
VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;
VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;
IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua

competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais.

A Lei 9.654, de 2 de junho de 1.998, alterada pela Leis 11.358/2006, 11.784/2008 e 12.775/2012, estabelece as competências funcionais do Policial Rodoviário Federal.

Art. 2º A. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Carreira de que trata esta Lei, composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A, observada a correlação disposta no Anexo II-A.

§ 1º - As atribuições gerais das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes:

I - Classe Especial: atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades de corregedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da Primeira Classe;

II - Primeira Classe: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação, capacitação, controle e execução administrativa e operacional, bem como articulação e intercâmbio com outras organizações policiais, em âmbito nacional, além das atribuições da Segunda Classe;

III - Segunda Classe: atividades de natureza policial envolvendo a execução e controle administrativo e operacional das atividades inerentes ao cargo, além das atribuições da Terceira Classe; e

IV - Terceira Classe: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

§ 2º - As atribuições específicas de cada uma das classes referidas no § 1º serão estabelecidas em ato dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça.

Existem outros diplomas legais que acometem atribuições à PRF. Entretanto, as normas citadas são as que mais traduzem as competências e finalidade da Instituição.

A PRF, historicamente, se dedicou por longas décadas ao policiamento de trânsito. Em sua ação cotidiana pouco se envolvia com operações e ações de combate e enfrentamento a criminalidade. Entretanto, como o passar dos anos e com o aumento da violência, a estrada, antes palco para o escoamento de riquezas e para o exercício do direito constitucional à livre locomoção, passou a servir, também, de suporte logístico para a circulação de criminosos e movimentação de produtos ilícitos.

Esse fato trouxe para o seio da PRF uma nova preocupação, qual seja: preparar-se para o enfrentamento a esses ilícitos, sem descuidar, no entanto, de sua missão histórica de zelar pela segurança e fluidez do trânsito.

O elemento norteador dessas ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas é o planejamento estratégico, o qual ainda está em processo de finalização, mas seu mapa já

permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido. Eis o mapa.

Tabela II – Mapa Estratégico da Polícia Rodoviária Federal 2012-2020



Fonte: DPRF

O Mapa Estratégico da PRF dialoga perfeitamente com os programas de governo. Todas as ações da PRF estão voltadas para o cumprimento do plano estratégico de governo definidos no Plano Plurianual - PPA, desta feita, o PPA 2012-2015. Portanto, o Planejamento Estratégico da PRF, que tem uma cobertura temporal maior que o PPA, a este se submete quando do estabelecimento de Indicadores e Metas a serem cumpridas pela Instituição.

A PRF contribui, principalmente, para o cumprimento do Programa Temático de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania, Programa este vinculado ao Ministério da Justiça. O quadro abaixo demonstra os Objetivos de Governo aos quais as ações da PRF se vinculam expressamente. Como o Programa é Temático e transversal a muitos outros órgãos, nem todas as metas são afetadas exclusivamente à PRF.

Tabela III – Quadro com Objetivos de Governo e Metas para o PPA

OBJETIVOS DE GOVERNO	METAS PRF PPA 2012-2015 – PROGRAM 2070
0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região	Ampliar de 10,4 milhões para 24 milhões os procedimentos de fiscalização de pessoas; Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteira; Implantar 350 unidades de PNRs nas fronteiras; Implantar 21 UNEFRONS da PRF.; Implantar 66 pontos de monitoramento OCR – Sistema Alerta Brasil; Implantar Sistema de tratamento de dados de Inteligência

de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.	Policial do DPRF nas fronteiras; Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras.
0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.	Implantar 166 pontos de monitoramento – OCR – Sistema Alerta Brasil; Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da PRF, identificando perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores; Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União; Realizar ações de capacitação dos servidores da PRF, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 h/a de capacitação anual; Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento – PRF.
0832 - Implantar o Plano Nacional de Segurança em Grandes Eventos., dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.	Instalar doze Centros de Comando e Controle Locais nos Estádios – Cidades Sedes CM 2014; Dose CCCI regionais nos Estados sede da CM 2014; Quinze CCCI em outros Estados; Um CCC Nacional; Cinquenta e um CCC Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções; Capacitar 5 mil PRFs em ações específicas voltadas para grandes eventos.
0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.	Alcançar com ações de educação para o trânsito de 1 milhão de pessoas até 2015; Ampliar a parceria com o MS – SAMU Rodoviário; Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais; Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia; Implantar o Centro de Segurança Viária; Implantar CCCs em todas as SRs (monitorar, despachar, controlar as ações operacionais); Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.

Fonte: DPRF

A fim de dar desdobramento das metas globais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal até suas Unidades Regionais foi baixada pela Coordenação-Geral de Operações a Instrução de Serviço nº 001/2013. Nela restaram definidos os Indicadores e metas para esta UJ para o exercício de 2013. O quadro seguinte demonstra essas metas e o seu percentual de alcance.

Tabela IV – Quadro com Indicadores e Metas para a UJ no Exercício de 2013

INDICADOR	Pessoas alcançadas em ações de Educação para o trânsito	Procedimentos de Fiscalização		
		Veículos Fiscalizados	Pessoas Fiscalizadas	Teste com Etilômetro
PREVISTO	10.688	214.400	214.400	57.856
ALCANÇADO	10.110	262.823	274.437	65.054
Percentual de alcance	94,59	122,58	128,00	112,44

Fonte: SIGER/DPRF e Movimento Diário/21ª.

Embora não figurasse como meta estabelecida no PPA, esta SR impôs a si mesma o desafio de não permitir o aumento do número de acidentes e suas consequentes vítimas em relação ao ano anterior.

Tabela V – Quadro Quantitativo e Percentual de Acidentes e Vitimados

DEL	ACIDENTES			FERIDOS LEVES			FERIDOS GRAVES			MORTOS		
	2012	2013	%	2012	2013	%	2012	2013	%	2012	2013	%
21/01	1643	1244	-24,28	901	671	-25,53	220	199	-9,55	57	48	-15,79
21/02	1053	1069	1,52	589	612	3,9	210	202	-3,81	37	30	-18,92
21/03	635	630	-0,79	315	339	7,62	152	114	-25	41	39	-4,88
21/04	239	287	20,08	152	166	9,21	54	55	1,85	16	8	-50
21/05	491	452	-7,94	356	260	-26,97	141	100	-29,08	22	24	9,09
TOTAL	4061	3682	-9,33	2313	2048	-11,46	777	670	-13,77	173	149	-13,87

Fonte SIGER/DPRF

Em números absolutos houve a redução de 9,33 pontos percentuais no número de acidentes, 11,46 de feridos leves, 13,77 de feridos graves e 13,87 de mortos. Considerando o aumento da frota, essa redução sobe para 15,40 pontos percentuais de acidentes, 17,39 de feridos leves, 19,54 de feridos graves e 19,64 de mortos.

Tabela VI – Quadro Percentual de Acidentes e Vitimados Considerando a Evolução da Frota

ACIDENTES		FERIDOS LEVES		FERIDOS GRAVES		MORTOS	
Redução em números absolutos	Redução com a variável da frota nacional de veículos	Redução em números absolutos	Redução com a variável da frota nacional de veículos	Redução em números absolutos	Redução com a variável da frota nacional de veículos	Redução em números absolutos	Redução com a variável da frota nacional de veículos
-9,33	-15,40	-11,46	-17,39	-13,77	-19,54	-13,87	-19,64

Fonte: SIGER/DPRF e DENATRAN (Frota Nacional - 2012: 76.137.191 e 2013: 81.600.729)

Comparando a Regional com ela mesma, em período próximo (ano relatado com o ano anterior), verifica-se redução nos números absolutos de acidentes, feridos leves, feridos graves e mortos. Quando confrontados com a variável frota nacional essa redução é ainda mais proeminente. Apesar de a instituição não ter total gerência sobre esses índices, vez que estes estão diretamente ligados ao comportamento do motorista, a redução da morbimortalidade no trânsito é objetivo permanente.

A principal ferramenta a disposição da PRF para tal fim é o poder de polícia para fiscalizar. E isso foi utilizado no período, apesar da presença de um elemento extremamente dificultador - a carência de efetivo. No exercício de 2013 tivemos acréscimo da força de trabalho, mas ainda o efetivo é muito aquém da demanda da Regional. Entretanto, esse reforço já fez muita diferença como demonstram os números citados neste relatório.

A principal estratégia foi eleger prioridades, definido e atacando os fatores críticos de acidentes. Entre eles se destacam o excesso de velocidade e as ultrapassagens indevidas. Tanto no total de autos de infração válidos (julgados subsistentes) e as infrações citadas tiveram aumento em seus registros.

Tabela VII – Quadro Quantitativo e Qualitativo de Autos de Infração

Período	Autos de infração válidos	Excesso de velocidade	Ultrapassagens indevidas
2012	34.273	10.299	2.795
2013	38.432	4.800	4.084
%	+12,13	-53,34	+46,12

Fonte: SIGER/DPRF

A direção veicular sob influência de álcool, embora também seja um fator crítico de acidente, não tem se destacado nas estatísticas da Regional com causa primeira de sinistros. Sua

influência é mais dominante nos perímetros urbanos. Mesmo assim foi oferecida dura fiscalização com a realização de mais de dez mil testes com etilômetros, lavratura de 960 autos de infração e a prisão de 307 indivíduos.

Ainda no campo mobilidade, outros serviços foram realizados com vista à sua fluidez e segurança. Vale lembrar também que cada acidente registrado é um atendimento efetuado, tanto quanto ao levantamento do local de acidente como elaboração e disponibilização do Boletim de Acidente de Trânsito aos interessados.

Tabela VIII – Quadro Demonstrativo de Ações Operacionais

SERVIÇOS DE SEGURANÇA, ORDENAMENTO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO			
EVENTO	2012	2013	Variação (%)
Veículos retidos/removidos	2.663	4.214	158,24
Documentos recolhidos	1.207	3.237	268,19
CNH recolhidas	617	1.321	214,10
Animais recolhidos	40	148	370,00
Escolta/batedor	888	471	53,04
Auxílios a usuários	1.422	3.576	251,48

Fonte: ROD ON LINE 2013.

Outra vertente dos esforços institucionais é a vigilância da fronteira. Tal tarefa tem o condão de, entre outros, coibir o tráfico de drogas e armas, cujos resultados nem sempre podem ser mensurados pela quantidade de apreensões, mas também pela contenção e/ou inibição causada a passagem de produtos de ilícitos.

O quadro abaixo demonstra a quantidade de prisões e apreensões realizadas no exercício.

Tabela IX – Quadro e Apreensões, Prisões e Encaminhamentos

SERVIÇOS DE SEGURANÇA, ORDENAMENTO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO			
EVENTO	2012	2013	Variação (%)
Cocaína apreendida (kg)	53,11	188,324	254,59
Maconha apreendida (kg)	9,02	462,809	5030,92
Pessoas presas	477	956	100,42
Arma apreendida	29	53	82,76
Adolescente apreendido	40	39	-2,50
Madeira apreendida (m³)	221	4.511	1941,18

Fonte: ROD ON LINE 2013.

Em suma, o maior objetivo da Instituição que é o de preservar vidas foi alcançado. O enfrentamento a criminalidade foi observado diuturnamente.

Entretanto, alguns gargalos na área meio, impactaram negativamente a atividade finalística, os quais não foram resolvidos a contento no exercício relatado e demandará correção em 2013. Entre eles está a confecção do projeto executivo para reforma e ampliação dos Postos e Delegacias. Essas estruturas físicas carecem de atualização a fim de permitir melhores condições de trabalho e acolhimento ao usuário dos serviços do órgão.

Esses projetos executivos restam contratados e em fase final de elaboração, carecendo apenas da liberação por parte da área central de infraestrutura predial da disponibilidade orçamentária para o necessário aditamento ao contrato original.

A pouca qualidade dos serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC também tem prejudicado o bom andamento do serviço. A modernização dessa área é tocada pelo órgão central. No que tange a comunicação via rádio haveria em 2013 o início da implantação nos exercícios do Projeto LANDEL, o qual visa substituir a atual tecnologia analógica por rádios digitais em toda a Regional. Este fato não ocorreu. Enquanto isso há esforço hercúleo da área de TIC da Superintendência em manter os serviços em nível ao menos razoável. No fim do exercício foram adquiridos materiais que permitiram em 2014 mitigar um pouco tal carência.

A dificuldade de efetivo é outra carência que urge ser suplantada. Estudos realizados pela Regional em anos anteriores dão conta da necessidade de efetivo de aproximadamente 700 (setecentos) policiais. A Sede do DPRF em seu último estudo chegou a conclusão de que o efetivo ideal para esta SR seria de 784 policiais. Em considerando o efetivo legal do DPRF, 13.098 vagas, o efetivo daqui deveria ser de 623, permanecendo inalterado o atual cenário.

Entretanto, a abertura de concurso público está além da competência da Instituição. Todos os acionamentos devidos foram efetuados pela Direção-Geral junto aos órgãos superiores no sentido de obter autorização para tal fim.

A Regional também apresenta necessidade de manter em todas as suas Unidades o serviço de vigilância armada (guarda patrimonial), de modo a não prender o policial à área do Posto, figurando apenas com um zelador dos bens ali depositados. O orçamento disponibilizado no exercício não permitiu atender todos os Postos. Falta ainda atender com esses serviços os Postos de Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Rio Branco e Xapuri.

Retornando ao efetivo, se há carência dele na estrada, também há na área meio, pois os cargos do quadro de apoio são insuficientes diante da demanda administrativa. Ressalta-se que esse gargalo é suprido por policiais rodoviários federais, bem como por servidores terceirizados, sem os quais haveria a paralisação da atividade-meio.

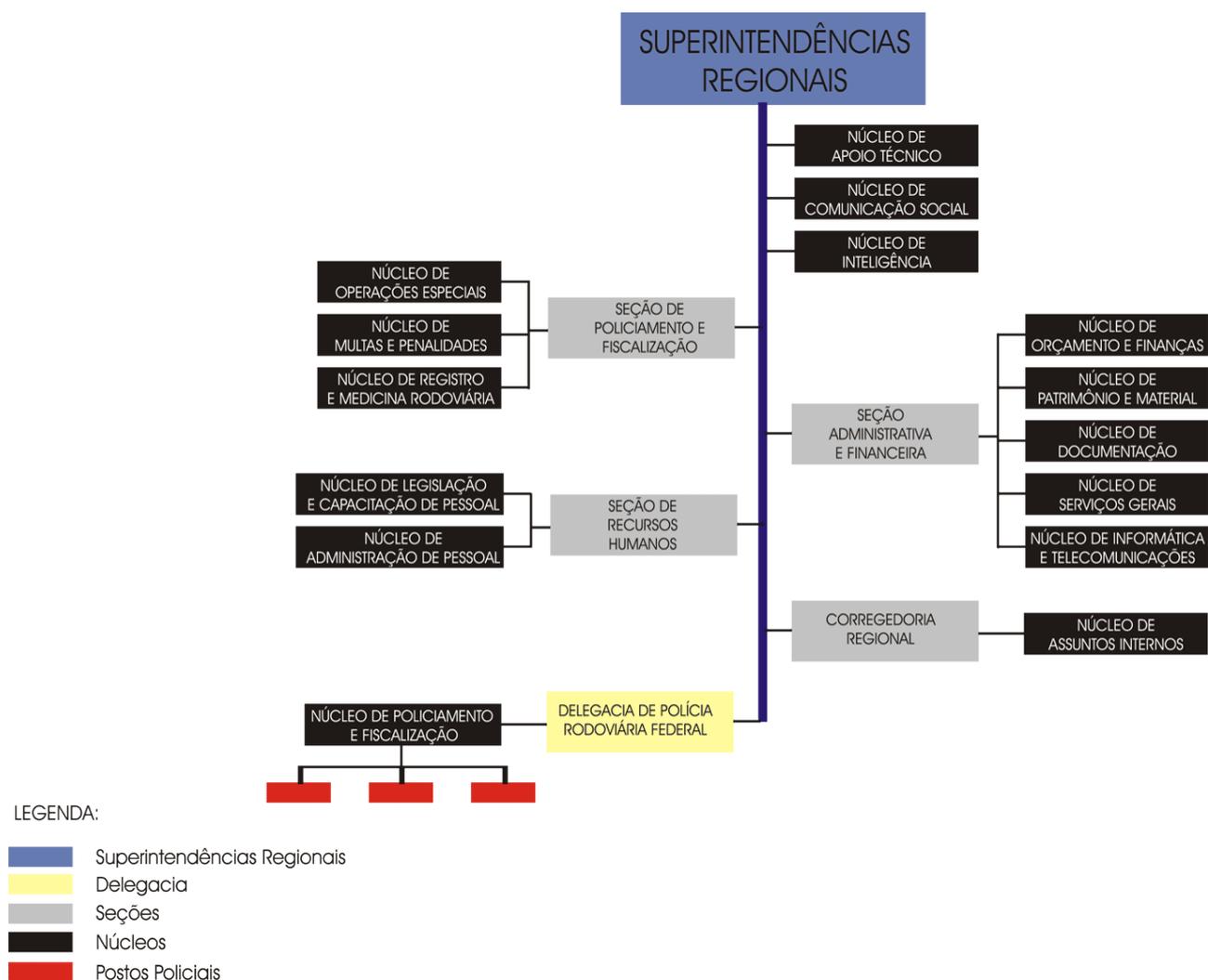
Ante ao exposto neste tópico, depreende-se que apesar da carência de efetivos e meios os resultados institucionais foram satisfatórios. Entretanto, para a continuidade da prestação de bons serviços a sociedade e o alcance das metas institucionais essas lacunas necessitam ser superadas.

Por outro lado, resta contratada a construção da nova sede da PRF, estrutura que muito auxiliará na atividade finalística do órgão, pois é dotada de excelente área de treinamento, Comando e Controle, apoio logístico, sede da Delegacia da capital, auditório para maximizar as ações de Educação para o trânsito, seminários e eventos análogos. Em resumo, potencializará a execução das ações com vistas a missão da PRF, em particular, quanto ao policiamento típico dessa região de fronteira.

1.3 Organograma Funcional

A Estrutura organizacional da Superintendência conta com quatro Seções e seus Núcleos, bem como com cinco Delegacias e seus respectivos Postos de Fiscalização. A figura abaixo sintetiza essa estrutura.

Tabela X – Organograma Funcional Superintendências



Fonte: DPRF

O Regimento Interno da PRF, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, especifica as atribuições de cada uma dessas estruturas. Transcrevemos abaixo, as principais competências regimentais relativas à unidade do tipo superintendência:

Art. 75. As Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex-offício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;

VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;

IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;

X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e

XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:

I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;

...

Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;

...

Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:

I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;

...

Art. 79. A Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;

...

Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;

...

Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

...

Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam: a) atendimento pré-hospitalar e resgate b) transporte inter-hospitalar; c) transporte de órgãos; d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional; e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos; f) comandos de saúde preventivos para o trânsito; g) atividades de medicina do tráfego; h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito; i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

...

Art. 83. A Seção Administrativa e Financeira compete:

I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

...

Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:

I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;

...

Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;

...

Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:

I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;

...

Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:

I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;

...

Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;

...

Art. 89. A Seção de Recursos Humanos compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e

...

Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

...

Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

...

XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde: a) acompanhamento da concessão de plano de saúde; b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho; c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV; d) apoio de saúde institucional; e) higiene e saúde no trabalho; f) perícias de saúde; g) doenças do trabalho; h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis; i) atividades de medicina do trabalho; j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores; l) Junta médica nacional; m) juntas médicas regionais; n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos; o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas; p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde; q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde; r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV. XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 92. a Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correcionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

...

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

...

Art. 94. as Delegacias de Polícia Rodoviária Federal compete:

I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;

...

Art. 95. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia

Esta Regional é composta, além da estrutura padrão na Sede, de cinco Delegacias, sendo quatro Delegacias em Rondônia e uma no Acre. A circunscrição de cada Delegacia, aprovada pela portaria 131, de 17 de junho de 2013, publicada no DOU, obedece ao quadro a seguir.

Tabela XI – Quadro Demonstrativo de Circunscrição e Malha Rodoviária da UJ

CIRCUNSCRIÇÃO							QUILOMETRAGEM		
DELEGACIA	SEDE	POSTO	UF	BR	Início	Fim	Parcial	Km Posto	TOTAL
21/01	Porto Velho/RO	01 - Porto Velho	AM	230	0	831,6	831,6	1367,5	1701,5
				319	432,4	859,5	427,1		
			RO	319	0	25,9	25,9		
				364	650	732,9	82,9		
		02 - Porto Velho	RO	364	733,0	942,0	209,0		
			425	17,7	142,7	125,0			
21/02	Ji-Paraná/RO	01 - Ji-Paraná	RO	364	276,1	385,9	109,8	453,8	629,7
				429	41,9	385,9	344,0		
		02 - P. Bueno	RO	364	100,1	276	175,9		
21/03	Ariquemes/RO	01 - Ariquemes	RO	364	462,1	559,9	97,8	402,4	568,3
				421	0	304,6	304,6		
		02 - Jaru	RO	364	386,0	462,0	76,0		
		03 - Itapuã	RO	364	560	649,9	89,9	89,9	
21/04	Vilhena/RO	01 - Vilhena	MT	174	483	523,2	40,2	200,2	200,2
				RO	174	14	74		
						364	0		
21/05	Rio Branco/AC	01 - Rio Branco	AC	317	0	146	146	1273,5	1542,9
				364	0	875,8	875,8		
			AM	317	416	526,7	110,7		
				RO	364	942,1	1083,1		
		02 - Xapuri	AC	317	146	415,4	269,4		
TOTAL GERAL								4.642,6	

OBS: Não consta do quadro a BR 435, recentemente federalizada, a qual liga Vilhena a Pimenteiras, com extensão aproximada de 160 quilômetros. A circunscrição então subiria para 4.802,6 quilômetros.

As atribuições de cada área, conforme excerto do Regimento Interno apresentado, deixa bastante claro a que macroprocesso ela se vincula, seja ele finalístico ou de apoio. Nos itens seguintes destinados aos Macroprocessos será efetuada a vinculação destes com os Objetivos de Governo estabelecidos no Programa Temático 2070.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O quadro abaixo apresenta os dez principais macroprocessos finalísticos da Instituição. Todos eles estão vinculados aos Objetivos de Governo (OG) contidos no Programa Temático Segurança Pública com Cidadania (2070).

Naturalmente, dada a transversalidade dos Programas Temáticos, esses macroprocessos, por vezes, dialogam com outros programas governamentais. Entretanto, para efeito didático só registraremos os OGs do Programa Temático 2070. No final de cada Macroprocesso,

restará registrado, de forma sucinta, com foi sua condução por esta UJ.

No item 2, deste relatório, será tratado amiúde a estratégia de atuação. Portanto as informações no campo do quadro a seguir a sucinta e apenas traz linhas gerais.

Tabela XII – Quadro de Macro Processos Finalísticos

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
Macroprocesso 1	ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Cliente	Usuários da rodovia, vítimas envolvidas em acidentes, condutores alvo de fiscalização.
Necessidades Do cliente	Levantamento circunstanciado do acidente, segurança no local de sinistro, resgate de vítimas e apoio ao atendimento pré-hospitalar de urgência, informações para familiares/próximos, auxílio ao usuário da rodovia em situações diversa, análise de defesa da autuação ou recurso de multa, fornecimento de cópia de BAT (Boletim de Acidente de Trânsito), acesso a central de emergência, informações sobre condições da estrada, saúde nas estradas.
Produtos/ Serviços	Sinalização, orientação e segurança do trânsito no local do acidente, serviços de primeiros socorros e remoção, informação sobre ocorrência às pessoas indicadas pelo condutor/vítima, Guarda e remoção de bens (veículo, carga, entre outros), Expedição de BAT, informações estatísticas sobre trafegabilidade e acidentes em rodovias federais, análise de defesas e recursos, comandos de saúde nas rodovias.
Resultados	Garantia de cuidados físicos e patrimoniais, redução de risco de morte, apoio psicossocial em situação crítica, consistência/regularidade/continuidade e assertividade de informações estatísticas para atuação institucional, garantia a ampla defesa e o contraditório.
OG	0833
As defesas das autuações foram e são apresentadas em qualquer Unidade da PRF. Em Sede de defesa da autuação a análise foi efetuada pelas Comissões de Defesa da Autuação (CADA). Em caso de Recurso por penalidade já imposta, a análise foi efetuada pela Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI). Os demais serviços foram prestados diuturnamente pelas equipes escaladas nos Postos de Fiscalização e em patrulhamento da rodovia. Os BATs foram registrados em Sistema Informatizado (BR Brasil), ficando o interessado de posse do número da ocorrência, com a qual, somada ao número de seu CPF, o habilitou a retirar a partir de 72 horas cópia do BAT em qualquer lugar que tenha acesso a INTERNET. Essas cópias também puderam ser retiradas em qualquer Unidade da PRF. Outro ponto de destaque foram os Comandos de Saúde realizados nas rodovias.	
Macroprocesso 2	CONDIÇÕES DAS RODOVIAS E REGULARIDADE DA FAIXA DE DOMÍNIO.
Cliente	Usuário da rodovia, DNIT e ANTT.
Necessidades Do cliente	Conhecimentos adequados e suficientes para decisões sobre ações corretivas e de resgate das condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais; faixas de domínio das rodovias federais livres de uso inadequado e não autorizado.
Produtos/ Serviços	Informações sobre condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais, serviços de fiscalização, notificação e de apoio à regularização do uso das faixas de domínio.
Resultados	Rodovia livre de poluição visual e construções que coloquem em risco a segurança e fluidez do trânsito.
OG	0833
Além das informações diárias sobre qualquer alteração nas condições de trafegabilidade das rodovias, fato imediatamente comunicado ao órgão rodoviário da União, anualmente é realizado levantamento minucioso das condições dessas vias, cujo relatório é oferecido ao DNIT, de modo a permitir a atualização do sítio daquele órgão na INTERNET. Esse levantamento organizado se faz com o emprego dos Núcleos de Inteligência. As invasões da faixa de domínio foram imediatamente notificadas, procedendo-se ao embargo da obra.	
Macroprocesso 3	CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE ESCOLTA
Cliente	Empresas de escolta de cargas excedentes. Usuário da rodovia.
Necessidades Do cliente	Regularidade e legalidade das atividades de escolta e similares.
Produtos/ Serviços	Autorização para serviços de escolta e similares.
Resultados	Segurança no transporte de cargas excedentes, superdimensionadas ou especiais.
OG	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Credenciamento de Escolta, a qual restou incumbida os serviços de recebimento de requerimentos, instrução processual, encaminhamento para a Coordenação-Geral de Operações para emissão da Credencial de Escolta, vistorias, habilitação dos motoristas de escolta e a fiscalização desses serviços.	

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
Macroprocesso 4	EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários, população lindeira às rodovias federais; Instituições de ensino, organizações sociais e agentes multiplicadores e sociedade de modo geral.
Necessidades Do cliente	Conhecimentos sobre legislação, segurança de trânsito e correlatos, entender os riscos que envolvem a prática a direção veicular e perceber a diferença que o comportamento de cada indivíduo faz na segurança da coletividade.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação de trânsito e correlatas, campanhas e palestras educativas sobre o tema, matérias publicadas da mídia com o foco em serviço.
Resultados	Desenvolver no cidadão comportamento adequado para a utilização segura do trânsito.
OG	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Educação para o Trânsito, a qual recebe e processa todos os pedidos de palestras, campanhas, comandos educativos. Quanto a informação de caráter geral, foi amplamente utilizado o apoio da mídia (jornais, rádio e TV). Todas as Operações vinculadas à segurança do trânsito foram divulgadas e nesse momento era discorrido sobre o comportamento esperado de cada condutor.	
Macroprocesso 5	INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE RISCOS.
Cliente	Usuários, ABIN, Polícias (Judiciárias e Militares), Ministério Público, Forças Armadas, Secretarias de Segurança Pública, Receitas (Federal e Estadual), Órgãos públicos de controle, Órgãos de imprensa.
Necessidades Do cliente	Conhecimento atualizado para ações estratégicas de segurança pública envolvendo rodovias federais, insumos operacionais e informacionais para abertura de inquérito policial e informações sobre ocorrências com potencial de risco de práticas criminosas, conhecimento de deslocamentos de veículos, pessoas, grupos sociais, entre outros, com riscos potenciais aos usuários das rodovias federais e populações de entorno, conhecimento sobre fatos e ocorrências de interesse público e social em rodovias federais.
Produtos/ Serviços	Informações de inteligência, informações circunstanciada, serviços de apreensão de suspeitos e de produtos, informações operacionais sobre ocorrências com potencial de risco e sobre movimentações e práticas irregulares ou criminosas em rodovias federais, informações de interesse público sobre acidentes, apreensões, prisões, campanhas e outras ocorrências em rodovias federais.
Resultados	Agilidade e assertividade de informações para decisões de segurança pública com o devido tratamento de sigilo e segurança da informação, legalidade das informações e conhecimentos gerados, preservação de bens, consistência em inquéritos e investigações, preservação da ordem pública, consistência, credibilidade e assertividade de informações para divulgação.
OG	0825, 0830, 0832, 0833
Cada Equipe de serviço no trecho figurou com fonte de informação sobre acontecimentos, prisões, suspeições, monitoramento de veículos, identificação de pessoas, entre outros. Por outro lado, o Núcleo de Inteligência recebeu, tratou essas informações, agregando-as aos acompanhamentos de assuntos de interesse da Instituição e do Sistema de Segurança por si realizados, difundindo esses conhecimentos, bem como recebeu conhecimentos de outros órgãos integrantes do SISBIN. As informações sem necessidade de sigilo, a exemplo de possível interdição de rodovia, são divulgadas a fim de diminuir a surpresa aos usuários da via.	
Macroprocesso 6	FISCALIZAÇÃO, FLUIDEZ E SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários das rodovias federais, população lindeira, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Trafegar pelas rodovias federais com segurança e fluidez no trânsito.
Produtos/ Serviços	Serviços de fiscalização, orientação e sinalização de trânsito nas rodovias federais.
Resultados	Segurança e fluidez do trânsito (redução da violência no trânsito).
OG	0833
A fiscalização do trânsito foi fator primordial para a prevenção de ocorrência de acidentes. Para tanto foi estabelecido metas de fiscalização, cartão programa com o planejamento do patrulhamento diário, comando de fiscalização, operações em datas especiais (feriados e finais de semana prolongados).	
Macroprocesso 7	ESCOLTA E BATEDOR.
Cliente	Usuários, Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário.
Necessidades Do cliente	Apoio em operações de segurança do Presidente da República e outras autoridades, Apoio para deslocamentos de comboios e cargas militares, segurança de dignitários.

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
Produtos/ Serviços	Serviços de Segurança, meios e efetivos para apoio operacional especializado, Serviço de escolta e batedor;
Resultados	Segurança de dignitários nos deslocamentos rodoviários, segurança e proteção em deslocamentos de cargas, comboios e contingentes militares, bem como de cargas especiais que exijam a presença da PRF.
OG	0833
A PRF integrou todos os trabalhos de segurança de dignitários em visita à sua circunscrição, em especial membros do Poder Judiciário. Esse trabalho foi realizado em parceria com as demais Instituições Polícias e de Inteligência. Foi realizado também com sucesso o batedor de todas as grandes peças para as Usinas do Madeira.	
Macroprocesso 8	OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME
Cliente	Condutores de veículos, pedestres, passageiros, transportadores de passageiros e cargas, população da circunvizinhança das rodovias federais, vítimas de acidentes e crimes, proprietários de veículos acidentados, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Judiciárias, Polícias Militares, Receitas (Federal e Estadual), ANTT, DNIT, Vigilância Sanitária, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Prevenção de crimes e segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais, apoio operacional circunstancial para abordagens, fiscalizações, cumprimento de mandados, diligências e outras situações similares, segurança para a realização de grandes eventos.
Produtos/ Serviços	Apoio e proteção pessoal e patrimonial, fiscalização/policiamento ostensivo das rodovias federais, serviços de segurança para diligências e abordagens operacionais de controle, fiscalização, enfrentamento ao furto e roubo de veículos, roubo de cargas, assalto a ônibus, tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes fiscais, ambientais e sanitários, bem como contra a dignidade humana (trabalho em situação análoga à escravidão, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes).
Resultados	Segurança pessoal e patrimonial quando em trânsito em rodovias federais e fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a dignidade da pessoa humana.
OG	0825; 0832; 0833
Foram realizadas diversas Operações com o foco no enfrentamento ao tráfico de drogas e armas na região de fronteira (Operação Sentinela). Esse enfrentamento também permeia a atividade das equipes com atividade diárias nas escalas de serviço, pois o produto do ilícito se movimenta e a criminoso se locomove. Portanto, não raro, na atividade rotineira de fiscalização foram retirado criminosos de circulação, bem como efetuada apreensão de drogas, veículos furtados/roubados, entre outros.	
Macroprocesso 9	FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS.
Cliente	Condutores e passageiros de veículos em viagem, transportadores de passageiros e cargas, usuários da rodovia.
Necessidades Do cliente	Conhecimento básico sobre normas de transporte, condições das rodovias, rotas de viagem, distâncias e localização de cidades e pontos turísticos, linhas, horários e itinerários de ônibus.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação, trafegabilidade, distâncias e rotas de viagem, localização de cidades e pontos turísticos, horários e itinerários de linhas de ônibus, fiscalização das dimensões e peso dos veículos de carga, fiscalização do transporte de produtos perigosos, fiscalização do transporte coletivo de passageiros.
Resultados	Viagem segura para os passageiros do transporte coletivo, adequação do transporte de produtos perigosos, redução de danos a vias por excesso de peso.
OG	0825; 0833.
A fiscalização do transporte integrou a ações diárias de trabalho, mas teve atenção especial com a realização de operações específicas de fiscalização do transporte de produtos perigosos, em face do risco que sinistro envolvendo os veículos que transportam tais substâncias trazem ao meio ambiente.	
Macroprocesso 10	COMANDO E CONTROLE.
Cliente	Usuários da rodovia, população lindeira, sociedade em geral
Necessidades Do cliente	Atendimento otimizado de ocorrências (menor tempo de resposta), contato de emergência, presença e disponibilidade do policiamento ostensivo.
Produtos/ Serviços	Acompanhamento e controle centralizado do atendimento das ocorrências, atendimento a chamadas de emergência, acionamento otimizados das equipes em campo, acompanhamento dos Indicadores e Metas.
Resultados	Otimização dos atendimentos aos chamados de emergência, diminuição do tempo de resposta, fortalecimento da prevenção por meio presença e intervenção do policiamento nos pontos

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
	previamente definido.
OG	0825; 0833.
As ações de comando e controle foram realizadas pela Seção de Policiamento por meio da CIOP – Central de Informações Operacionais, a qual atendeu os chamados de emergência, acionando as equipes em campo para o atendimento. A vertente de comando e controle foi realizado aquém do potencial, vez que já está disponível o monitoramento georreferenciado das viaturas. Esta é uma oportunidade de melhoria para o exercício 2013.	

Fonte: DPRF

Esses dez macroprocessos obedecem aos quatro eixos de atuação da PRF: atendimento ao usuário da via; fiscalização de trânsito; educação para o trânsito e enfrentamento à criminalidade. Restou evidenciado que o principal mecanismo para a execução dessas tarefas é o policiamento ostensivo. Para a cobertura da malha viária da Regional em serviço de patrulhamento foram percorridos 1.778.723 quilômetros.

O policiamento ostensivo está equilibrado em quatro vertentes, são elas: a visibilidade, a disponibilidade, a pronta intervenção e o monitoramento e controle viário. Todos os macroprocessos finalísticos, bem como os macroprocessos de apoio que veremos a seguir trabalham para que essa tarefa seja desempenhada a contento.

1.5 Macroprocessos de Apoio

O quadro abaixo apresenta os quatro principais macroprocessos de apoio da Instituição. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, com foi sua condução por esta UJ.

Tabela XIII – Quadro de Macro Processos de Apoio

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
Macroprocesso 1	DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL.
Cliente	Servidores policiais e do quadro de apoio
Necessidades Do cliente	Capacitação continuada, acompanhamento de saúde, concessão de benefícios, progressão funcional.
Produtos/ Serviços	Serviços de capacitação, saúde, perícias médicas, recepção de demanda por concessão de benefícios, análise de direitos, administração de pessoal, geração de folha de pagamento.
Resultados	Servidor em condições globais de prestar o melhor serviço à sociedade
OG	0825, 0830, 0833.
Os trabalhos de análise das demandas por concessão de benefícios e administração de pessoal, bem com a geração e controle da folha de pagamento caminhou na rotina que lhe é peculiar. O Projeto Patrulha da Saúde buscou verificar a condição de saúde dos servidores e os estimular a prática saudáveis de alimentação e atividade física. A capacitação restou prejudicada pelo baixo disponibilizado, vez que a Sede Central empenhou muitos recursos e esforços para formação do contingente novo formado no exercício.	
Macroprocesso 2	APOIO LOGÍSTICO.
Cliente	Principalmente a Atividade Finalística.
Necessidades Do cliente	Manutenção de viaturas, equipamentos (radares, bafômetros, rádios, armamento, etc.), abastecimento da frota, aferição de equipamentos, manutenção (limpeza e conservação das estruturas físicas).
Produtos/ Serviços	Viaturas mantidas e abastecidas, equipamentos mantidos, calibrados e aferidos.

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
Resultados	Frota e equipamentos em condições de serem empregados no patrulhamento e fiscalização.
OG	0825, 0830, 0833.
Foi celebrado contrato de manutenção para toda a frota da Regional. O abastecimento foi feito por meio do contrato nacional com a TICKET CAR, ficando um servidor da Regional responsável pelo controle desse abastecimento. Os equipamentos que necessitam de manutenção, calibração e aferição, em especial radares e etilômetros, foram alvos de contratos específicos de acordo com a demanda apresentada. Esteve vigente durante todo o ano contrato de limpeza e conservação das instalações físicas. Foram realizadas duas reuniões de trabalho com todas as chefias de Delegacias e da Sede a fim de aprimorar a fiscalização desses contratos. Durante o ano foram distribuídas viaturas novas para todas as Delegacias e recolhidas as mais antigas para leilão.	
Macroprocesso 3	INFRAESTRUTURA FÍSICA E SERVIÇOS DE TIC.
Cliente	Servidores do órgão e usuários que buscam os serviços da PRF.
Necessidades Do cliente	Instalações físicas adequadas para a realização das atividades diárias e para o atendimento ao público, serviço de transmissão de dados e voz disponível e com qualidade, cobertura de sinal de rádio, funcionamento e acesso aos sistemas informatizados corporativos.
Produtos/ Serviços	Consultas a sistemas, transmissão e recepção de informação, contatos de voz, recebimento de chamadas de emergência por telefonia gratuita para o usuário.
Resultados	Ambiente adequado para o cumprimento da missão, dotado de capacidade de prover comunicação por dados e voz com o público interno e externo.
OG	0825, 0830, 0833.
Foi contratado serviço de manutenção (pequenas obras de reparo) dos Postos, mas a contratada deixou de cumprir na íntegra os trabalhos acordados. Realizou-se levantamento das condições físicas dos Postos com vistas à elaboração de projeto básico para a contratação de projeto executivo para reforma e ampliação de todos os Postos e Delegacias. Essas duas providências realizar-se-ão no exercício de 2013. A celebração de contrato para a construção da nova Sede da Superintendência foi frustrada pela falta de liberação de limite de empenho, pois a licitação foi realizada com êxito, cuja proposta permanece em aberto até 21 de abril de 2013, data limite para a autorização de empenho por parte do órgão central. O serviço de telecomunicação é bastante precário e passará no exercício de 2013 por pequenas manutenções, pois o Projeto LANDEL terá sua implantação iniciada no exercício 2013. Esse projeto implantará o rádio digital em toda a circunscrição da Regional. O serviço de TI passa por atualização na Sede Central, ficando a Regional responsável pela administração da rede em seu âmbito. Em 2013 serão trocadas as estações de trabalho.	
Macroprocesso 4	CORREIÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA.
Cliente	Esse macroprocesso está no limiar entre o finalístico e o meio, pois o maior beneficiado por ele é o cidadão-usuário. Entretanto, neste caso, o classificamos como meio e delimitamos a clientela como servidores do órgão, pois a todos interessam trabalharem em um Instituição sadia, livre de vícios que desabone sua imagem.
Necessidades Do cliente	Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos, trabalhar em um ambiente onde a sua conduta seja buscada e apoiada, orgulhar de pertencer a uma Instituição sólida e respeitada pela sociedade, onde grassa o respeito mútuo e a disciplina consciente.
Produtos/ Serviços	Fomentar ambiente de trabalho que privilegie a boa conduta, a disciplina, respeito mútuo e zelo pela coisa pública.
Resultados	Orgulho de pertencer a uma Instituição admirada e respeitada pelo cidadão.
OG	0825, 0830, 0833.
Este é um dos macroprocessos melhores conduzidos na Regional, pois já é tradição o rigor em qualquer apuração face eventual desvio de conduta, naturalmente, sem descuidar dos direitos e garantias constitucionais, fato que afasta qualquer eventual sentimento de impunidade. Mas também foi dada extrema importância para o trabalho preventivo com realização de reuniões, debates, orientações prévias, entre outras.	

Fonte: DPRF

1.6 Principais Parceiros

O trabalho da PRF, regra geral, sempre conta com a parceria de outros órgãos. Senão vejamos. No campo do combate a criminalidade, o ciclo de polícia no Brasil é incompleto. Temos a Polícia Ostensiva e a Polícia Judiciária. Assim, nenhum criminoso chega ao tribunal, mesmo encontrado em situação de flagrância pela PRF, sem passar pela Polícia Judiciária. Esse trabalho se completa com a participação do Ministério Público e, por último, com o julgamento do Poder Judiciário.

No dia-a-dia da estrada, a PRF tem dois parceiros institucionais que com ela divide a mesma circunscrição: o DNIT e a ANTT. Com esses dois órgãos existem termos de cooperação celebrado em sede de suas Direções-Gerais. Do mesmo modo existe Convênio celebrado entre o DPRF e o a Procuradoria-Geral do Ministério Público do Trabalho com o objeto de melhorar o enfrentamento à exploração de trabalhadores.

Nas Regionais, mesmo sem a celebração formal de acordo de cooperação, a PRF e o Ministério Público se apoiam mutuamente. Do mesmo modo a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar figuram com parceiros de todas as emergências.

Foi firmado Acordo de Cooperação entre a PRF e o Ministério Público do Acre. Entretanto, não foi possível no exercício relatado colocar em bom andamento a avença, principalmente no quesito confecção do Termo Circunstanciado de Ocorrência, em face de demanda judicial gerada pela Associação dos Delegados de Polícia Civil daquela UF.

Na capital de Rondônia foram realizadas tratativas com a Secretaria Municipal de Trânsito a fim de buscar a celebração de Convênio para a fiscalização do trecho urbano da BR 319, a Avenida Jorge Teixeira, vez que tal trecho rodoviário ganhou contornos totalmente urbanos e não mais justifica a presença da PRF ali, dada a sua vocação rodoviária.

A celebração do referido termo não avançou, mas será retomado no exercício de 2014. Provavelmente esse acordo envolverá também o DNIT, a Companhia de Trânsito da PM/RO, DETRAN/RO.

Existe outra Cooperação Técnica em nível nacional que é o Convênio com o SEST/SENAST, cujo objeto é a realização dos Comandos de Saúde nas rodovias, tendo com principal alvo os motoristas profissionais.

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Neste tópico e em seus subtópicos será revisitado o planejamento estratégico da Instituição, estratégias, metas e planos de ação a fim de atingir os objetivos institucionais e de governo.

O Planejamento estratégico da PRF compreende o período 2012-2020 e foi elaborado no mais alto nível de comando, ou seja, na Direção-Geral. Dele descortinam-se os planejamentos em nível tático pelas diversas áreas da administração central.

Às Unidades Desconcentradas, caso desta Unidade Jurisdicionada, cabe a elaboração do planejamento em nível operacional, observando as diretrizes para o planejamento em nível operacional definido pelas áreas da Direção-Geral.

O Planejamento Estratégico da PRF definiu a declaração de missão, visão de futuro e valores da Instituição.

Missão: GARANTIR SEGURANÇA COM CIDADANIA NAS RODOVIAS FEDERAIS E NAS ÁREAS DE INTERESSE DA UNIÃO.

Visão de futuro: SER A POLÍCIA OSTENSIVA DA UNIÃO, RECONHECIDA PELA SOCIEDADE POR SUA EXCELÊNCIA E EFETIVIDADE NO TRABALHO POLICIAL E NA INDUÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA E CIDADANIA.

O planejamento estratégico da PRF também sinalizou no sentido de intensificar o orgulho de pertencer à Instituição e fortalecer os valores institucionais de **PROFISSIONALISMO, ÉTICA, EQUIDADE, PROATIVIDADE, CORDIALIDADE, COMPROMETIMENTO, ESPÍRITO DE EQUIPE, TRANSPARÊNCIA e RESPONSABILIDADE SOCIAL.**

Como restou demonstrado anteriormente, o Planejamento Estratégico da PRF está totalmente vinculado às suas competências institucionais, bem como ao Plano Plurianual – PPA 2012-2015. Todos os macroprocessos da Instituição apresentados nos quadros anteriores estão totalmente vinculados aos Objetivos de Governo do PPA.

Por fim, tendo em vista que a legislação brasileira, os normativos federais e as decisões do Tribunal de Contas da União vêm exigindo cada vez mais a profissionalização do serviço público federal, com foco no planejamento das ações e no controle dos investimentos e resultados, salientamos que no dia 14 de fevereiro de 2014, foi publicado no Boletim de Serviço DPRF nº 12, o Plano Estratégico da Polícia Rodoviária Federal – PRF para o período de 2013 a 2020, conforme descrito abaixo:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º Instituir o Plano Estratégico da Polícia Rodoviária Federal – PRF para o período de 2013 a 2020, conforme detalhado nesta Portaria.

Art. 2º Para fins de compreensão e aplicação desta Portaria, ficam definidos os seguintes conceitos:

I - Planejamento Estratégico: processo de analisar uma organização em relação ao seu ambiente interno e externo, e, a partir desse diagnóstico, definir a situação desejada para a organização no longo prazo, bem como formular diretrizes e ações a serem adotadas para alcançar esse objetivo, por meio de um direcionamento que possa ser sistematicamente perseguido e monitorado;

II - Plano Estratégico: é o produto do Planejamento Estratégico, consolidando e formalizando a estratégia definida, sendo este composto pelas seguintes perspectivas:

a) Referencial Estratégico: é a diretriz basilar para a construção do Plano Estratégico, ou seja, é onde estão contidas a Missão, a Visão de Futuro e os Valores da organização;

b) Retorno à Sociedade: são os resultados que a organização efetivamente busca entregar à sociedade em retorno aos investimentos realizados (Investimentos Estratégicos), sendo estes resultados institucionais uma decorrência natural da gestão de seus recursos e da execução de suas atividades (Processos Estratégicos);

c) Processos Estratégicos: são atividades estratégicas da organização, que mediante aproveitamento adequado dos meios disponíveis (Investimentos Estratégicos), busca o atingimento dos macro-objetivos institucionais (Retorno à Sociedade); e

d) Investimentos Estratégicos: são os recursos investidos pela sociedade na organização, de forma que esta possa gerir e executar adequadamente suas atividades (Processos Estratégicos), transformando esses investimentos em resultados sociais efetivos (Retorno à Sociedade);

III - Missão: define a razão de existir de uma organização, delimitando claramente seu foco de atuação;

IV - Visão de Futuro: define o que a organização pretende se tornar e o seu posicionamento estratégico ao final do horizonte temporal do seu Plano Estratégico;

V - Valores: virtudes características da organização que devem ser preservadas e incentivadas, de forma que os fins pretendidos sejam alcançados por meios adequados e legítimos;

VI - Lema: é uma ideia expressa por uma frase curta que, internamente, serve de guia e de motivação para a organização, condensando valores que justificam uma ação comum, assim como, externamente, tem a função de comunicar essa ideia para os diversos intervenientes da organização;

VII - Mapa Estratégico: representação gráfica do Plano Estratégico da organização, visando a facilitar sua comunicação e disseminação, sendo composto basicamente por caixas de texto contendo os resultados e objetivos definidos pelo plano, e setas direcionais representando as relações de causa e efeito entre esses objetivos;

VIII - Memorial Descritivo: documento que descreve o conteúdo do Plano Estratégico da organização em texto livre, com o objetivo de facilitar sua compreensão e mitigar o risco de entendimentos ambíguos;

IX - Gestão Estratégica: é o processo de monitorar, controlar, avaliar, revisar e direcionar, de forma cíclica e contínua, a aplicação do Plano Estratégico;

X - Objetivo: é a descrição abrangente de um fim que se quer atingir, devendo orientar o processo decisório em favor de sua consecução podendo ser segmentado em metas;

XI - Objetivo Estratégico: é um objetivo componente da perspectiva “Processos Estratégicos” ou da perspectiva “Investimentos Estratégicos”, do Plano Estratégico da PRF;

XII - Ação: é aquilo que efetivamente se busca executar para atingir um objetivo, podendo ser classificada como um Processo, quando se trata de uma ação contínua e repetitiva, ou como um Projeto, quando se trata de uma ação única, ou seja, com início e fim bem delimitados;

XIII - Projeto: esforço temporário, com início e fim bem delimitados, empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo, ou seja, buscando uma inovação;

XIV - Projeto Estratégico: é um projeto que, devido ao seu porte, complexidade, multidisciplinaridade, impacto e/ou relevância, foi classificado como estratégico;

XV - Meta: é a definição de um resultado objetivamente mensurável a ser alcançado em determinado prazo, em geral vinculado a Indicadores de Desempenho e/ou a marcos muito bem definidos;

XVI - Meta Estratégica: é uma meta relacionada a um Objetivo Estratégico, podendo ser vinculada a um Indicador de Desempenho ou a uma Ação referente a este objetivo;

XVII - Plano Diretor Temático: é o desdobramento do Plano Estratégico em planos que direcionam as ações específicas de cada área temática da organização, de forma que todas atuem alinhadas e convirjam para os mesmos objetivos estratégicos;

XVIII - Plano Tático Regional: é o produto do planejamento de ações da Regional, baseado no Plano Estratégico e nos Planos Diretores Temáticos, e a eles alinhados, abrangendo todos as áreas da Regional, de forma que suas ações estejam alinhadas com as diretrizes nacionais e convirjam para os mesmos objetivos estratégicos e temáticos;

XIX - Indicador de Desempenho: é um método definido para medir o desempenho de um determinado processo ou objetivo, em geral para monitorar o atingimento de metas e/ou a variação de desempenho de um processo ao longo do tempo;

XX - Polaridade: sentido de leitura de um indicador de desempenho, de forma a avaliar seu resultado, podendo ser positiva (quanto maior é o valor, melhor é o resultado), negativa (quanto menor é o valor, melhor é o resultado) ou neutra (quando não é possível definir qual o melhor resultado apenas a partir do valor obtido, devendo este ser analisado frente ao contexto de sua obtenção);

XXI - Índice Ponderado: índice calculado a partir de uma fórmula definida que leva em conta diferentes fatores de avaliação, variáveis e pesos;

XXII - Acidente Grave: acidente de trânsito em que houve pelo menos um óbito ou um ferido com lesões classificadas como graves;

XXIII - Percepção de Segurança nas Rodovias Federais: é um valor obtido mediante pesquisa de opinião (survey) junto aos usuários de rodovias federais, visando aferir o quanto estes se sentem seguros quando trafegando em rodovias federais, em relação à possibilidade de serem vítimas de ações criminosas ou de se envolverem em acidentes de trânsito;

XXIV - Ronda: viatura de policiamento ostensivo (caracterizada), em atividade de patrulhamento preventivo, trafegando ou estacionada de forma ostensiva, com a presença de pelo menos uma equipe junto ao veículo, ao longo de rodovia sob a circunscrição da PRF, sendo este ponto obrigatoriamente fora de um posto fixo de fiscalização (não são contabilizados como “ronda” os deslocamentos e paradas referentes ao atendimento de ocorrências, à participação em comandos ou quaisquer outras atividades não correlatas à atividade de patrulhamento preventivo);

XXV - Resgate Emergencial Profissional:

atendimento pré-hospitalar e/ou remoção de vítima de acidente de trânsito realizados por profissionais capacitados para tal, utilizando-se de insumos, equipamentos e veículos apropriados a esta finalidade, mesmo que adaptados;

XXVI - Operações de Enfrentamento aos Crimes Contra os Direitos Humanos: operações policiais que visam à prevenção e à repressão aos crimes que atentam contra os Direitos Humanos; e

XXVII - Ações de Conscientização e Promoção dos Direitos Humanos: ações com a iniciativa e/ou participação da PRF, visando a conscientização e a promoção dos Direitos Humanos, notadamente eventos educativos, campanhas de conscientização e atendimentos a vítimas de violência, voltados tanto para o público interno, quanto para o externo.

CAPÍTULO II DO PLANO ESTRATÉGICO

Art. 3º O Plano Estratégico da PRF é composto pelas seguintes perspectivas:

- I - Referencial Estratégico;
- II - Retorno à Sociedade;
- III - Processos Estratégicos; e
- IV - Investimentos Estratégicos.

Art. 4º O Plano Estratégico da PRF é único para todo o órgão, gerando efeitos e norteando todas as suas instâncias decisórias e executórias, ou seja, todas as decisões e ações da PRF devem estar vinculadas, direta ou indiretamente, a esse Plano Estratégico, devendo sempre objetivar o cumprimento da Missão e o atingimento da Visão de Futuro, exercendo seus Valores.

§ 1º Quaisquer decisões ou ações em desacordo com o previsto no caput deste artigo serão consideradas desvio do foco estratégico e desperdício de capacidade produtiva, devendo, portanto, ser evitadas ao máximo.

§ 2º É vedada a elaboração, a manutenção ou a divulgação de quaisquer outros planos internos da PRF com características ou nominados como planos estratégicos.

Art. 5º O Plano Estratégico da PRF é desdobrado em:

- I - Planos Diretores Temáticos; e
- II - Planos Táticos Regionais.

Parágrafo único. O desdobramento do Plano Estratégico da PRF em Planos Diretores Temáticos e em Planos Táticos Regionais será regulamentado oportunamente em normativos específicos.

Art. 6º Fica definido o Mapa Estratégico da PRF na forma apresentada no Anexo I desta Portaria.

Art. 7º Fica definido o Memorial Descritivo do Plano Estratégico da PRF na forma apresentada no Anexo II desta Portaria.

CAPÍTULO III DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Art. 8º Fica definida como a Missão da PRF: “Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União”.

Art. 9º. Fica definida como a Visão de Futuro da PRF: “Ser reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e pela indução de políticas públicas de segurança e cidadania”.

Art. 10. Ficam definidos como os Valores da PRF:

- I - Profissionalismo;
- II - Cordialidade;
- III - Honestidade;
- IV - Equidade;
- V - Proatividade;
- VI - Comprometimento;
- VII - Espírito de Equipe;
- VIII - Transparência; e
- IX - Responsabilidade Socioambiental.

Art. 11. O Lema da PRF será definido por meio de concurso e/ou enquete junto ao seu público interno, conforme regras a serem definidas em ato específico.

Art. 12. É vedada a elaboração, a manutenção e a disseminação de quaisquer outras formas de Missão, Visão de Futuro, Valores e Lema diferentes das previstas nesta Portaria, incluindo aquelas referentes a atividades ou setores específicos, mesmo que com outras denominações.

Art. 13. As normas de comunicação da PRF, nas suas diversas formas, devem contemplar medidas para incentivar a divulgação em massa da Missão, da Visão de Futuro, dos Valores e do Lema da PRF, tanto interna quanto externamente.

CAPÍTULO IV DO RETORNO À SOCIEDADE

Art. 14. Fica definido como “Retorno à Sociedade” o seguinte conjunto de resultados institucionais:

- I - reduzir a violência no trânsito das rodovias federais;
- II - assegurar a livre circulação nas rodovias federais;
- III - contribuir para a redução da criminalidade e da violência no país; e
- IV - aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais.

CAPÍTULO V DOS PROCESSOS ESTRATÉGICOS

Art. 15. Os “Processos Estratégicos” são compostos pelos seguintes objetivos estratégicos:

- I - Vetor “Segurança com Cidadania”:
 - a) fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito;
 - b) fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
 - c) intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos;
 - d) ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar; e
 - e) aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidentes.
- II - Vetor “Articulação”:
 - a) fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF; e
 - b) articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional.
- III - Vetor “Comunicação”:
 - a) fortalecer a imagem institucional da PRF; e
 - b) melhorar a comunicação interna e externa.
- IV - Vetor “Gestão”:
 - a) estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa;
 - b) implantar um modelo de gestão baseado em resultados;
 - c) desenvolver a cultura de gestão de projetos;
 - d) mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho; e
 - e) intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento.

CAPÍTULO VI DOS INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

Art. 16. Os “Investimentos Estratégicos” são compostos pelos seguintes objetivos estratégicos:

- I - Vetor “Pessoas”:
 - a) adequar o quadro de pessoal às necessidades;
 - b) mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico;
 - c) potencializar o bem-estar, a motivação e o desempenho dos servidores; e
 - d) intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais.
- II - Vetor “Logística e Infraestrutura”:
 - a) assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução; e
 - b) prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

CAPÍTULO VII DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ESTRATÉGICOS

Art. 17. Os Indicadores de Desempenho Estratégicos são aqueles definidos no Anexo III desta Portaria, contendo: perspectiva, vetor, resultado esperado / objetivo a ser alcançado, título, forma de cálculo, polaridade, área responsável pela medição e áreas responsáveis pelo resultado.

§ 1º Devem ser direcionados recursos e ações de forma a viabilizar a medição periódica dos Indicadores de Desempenho Estratégicos.

§ 2º Até que a medição de um Indicador de Desempenho Estratégico seja possível, este deve ser apresentado como “em construção”.

Art. 18. A análise dos resultados referentes ao “Retorno à Sociedade”, aos “Processos Estratégicos” e aos “Investimentos Estratégicos” deve ser baseada nos valores advindos dos respectivos Indicadores de Desempenho Estratégicos, acompanhados das devidas contextualizações, admitindo-se, quando necessário, a complementação com informações adicionais.

Art. 19. Os Indicadores de Desempenho Estratégicos deverão ser medidos regularmente e ter seus resultados amplamente divulgados interna e externamente.

Art. 20. Sempre que possível, os Indicadores de Desempenho Estratégicos devem ter seus resultados medidos e divulgados de forma separada por Regional e demais subunidades.

CAPÍTULO VIII DA GESTÃO ESTRATÉGICA

Art. 21. Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica da Polícia Rodoviária Federal – COGEST.

Art. 22. Compete ao COGEST:

I - acompanhar, avaliar e orientar a execução do Plano Estratégico da PRF, definindo a priorização e o direcionamento de ações e de recursos para a consecução de seus objetivos;

II - revisar anualmente o Plano Estratégico da PRF, a fim de mantê-lo sempre adequado à estratégia e ao ambiente de atuação da PRF, prezando por sua estabilidade e continuidade; e III - regulamentar, analisar, revisar e aprovar os Planos Diretores Temáticos e os Planos Táticos Regionais, bem como acompanhar, avaliar e orientar sua execução.

Art. 23. O COGEST é formado pelos titulares das seguintes áreas:

I - Direção-Geral;

II - Chefia de Gabinete da Direção-Geral;

III - Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Rodoviária;

IV - Coordenação-Geral de Administração;

V - Coordenação-Geral de Recursos Humanos;

VI - Coordenação-Geral de Operações;

VII - Corregedoria-Geral; e

VIII - Coordenação de Inteligência;

§ 1º O COGEST será presidido pelo Diretor-Geral da PRF em exercício.

§ 2º Os substitutos das áreas componentes do COGEST atuarão no comitê como suplentes, sendo vedada a indicação de outros representantes.

§ 3º Os membros suplentes poderão atuar somente nos casos de impedimento dos membros titulares.

§ 4º As atividades do COGEST serão secretariadas pelo Gabinete da Direção-Geral.

Art. 24. O COGEST reunir-se-á ordinariamente, a cada 3 (três) meses, para avaliação de resultados e direcionamento de ações.

§ 1º O Comitê poderá reunir-se extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente.

§ 2º O Comitê, por intermédio de seu Presidente, poderá convidar técnicos ou servidores da PRF para participação nas reuniões.

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

2.1 Planejamento da Unidade

O Planejamento estratégico da PRF compreende o período 2012-2020 e foi elaborado no mais alto nível de comando, ou seja, na Direção-Geral. Dele descortinam-se os planejamentos em nível tático pelas diversas áreas da administração central.

Cada uma dessas áreas obedece a um Plano Diretor vinculado, naturalmente, ao planejamento estratégico. Durante o ano de 2012 as citadas áreas trabalharam na elaboração de seus planos diretores, bem como nos desdobramentos de cada objetivo estratégico apresentado na figura constante do item 1.2. Essa tarefa não foi completada na íntegra no exercício aqui relatado, ficando, portanto, sua confecção final para o exercício 2013.

Às Unidades Desconcentradas, caso desta Superintendência Regional, cabe a elaboração do planejamento em nível operacional, observando as diretrizes para o planejamento em nível operacional definido pelas áreas da Direção-Geral.

Todos os dirigentes regionais, Superintendentes e Chefes de Distrito, na condição de integrantes da alta administração da Instituição tomam parte na realização do planejamento estratégico.

Com o desdobramento das metas da atividade finalística até as Unidades Desconcentradas por meio da Instrução de Serviço nº 001, da CGO, restaram definidos os Indicadores e metas para esta UJ.

Essas metas já foram apresentadas em quadro próprio anteriormente, inclusive com os resultados alcançados.

Para perseguir as metas definidas, a atividade rotineira obedeceu a criterioso levantamento de pontos críticos de acidentes, utilizando o SIGER/DPRF – Sistema de Informações Gerenciais, os quais somados aos fatores críticos de acidentes orientaram o planejamento das ações diárias de policiamento.

Esse planejamento é difundido ao efetivo por meio de Cartão-Programa de Policiamento, onde a chefia de Policiamento da Delegacia ou o próprio chefe de Delegacia faz constar os itinerários de patrulhamento, pontos de parada e abordagens e as metas ao longo do dia e do trecho.

Além desse planejamento da ação diária, têm-se também as Operações de calendário – feriados e festas nacionais. Essas Operações têm por objetivo reforçar o policiamento e diminuir os riscos de sinistro potencializado pelo aumento do fluxo de veículos e pessoas nas rodovias.

Tabela XIV – Quadro Demonstrativos de Operações Nacionais DPRF

OPERAÇÕES NACIONAIS (09)	PERÍODO		HORÁRIO/DIA	
	INÍCIO	TÉRMINO	00H00	24H00
CARNAVAL	08/02/13	13/02/13	SEXTA-FERIA À QUARTA-FEIRA	
1º COMANDO DE SAÚDE	20/03/13	20/03/13	QUARTA-FEIRA	
SEMANA SANTA	28/03/13	20/03/13	QUINTA FEIRA À DOMINGO	
2º COMANDO DE SAÚDE	15/05/13	15/05/13	QUARTA-FEIRA	
ENFRENTAMENTO ESCA	17/05/13	19/05/13	SEXTA-FERIA A DOMINGO	
COPA DAS CONFEDERAÇÕES	15/06/13	30/06/13	SÁBADO A DOMINGO	
CORPUS CRISTI	29/05/13	02/06/12	QUARTA-FEIRA À DOMINGO	
PRÉ JMJ	16/07/13	20/07/13	TERÇA-FEIRA A SÁBADO	
JMJ	23/07/13	28/07/13	TERÇA-FEIRA A DOMINGO	
3º COMANDO DE SAÚDE	14/08/13	14/08/13	QUARTA-FEIRA	
SNT	18/09/13	25/09/13	QUARTA-FEIRA A QUARTA-FEIRA	
NOSSA SENHORA APARECIDA	11/10/13	13/10/13	SEXTA-FEIRA À DOMINGO	
4º COMANDO DE SAÚDE	23/10/13	23/10/13	QUARTA-FEIRA	
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	14/11/13	17/11/13	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
FIM DE ANO	20/12/13	05/01/14	SEXTA-FEIRA À DOMINGO	

Fonte: DPRF

Todas essas operações foram realizadas no exercício. Além desse calendário houve também a previsão de ações diferenciadas para os eventos regionais, o quadro abaixo demonstra as operações planejadas, as quais foram todas realizadas.

Tabela XV – Quadro Demonstrativos de Operações Regionais

Ordem Serviço	OPERAÇÃO REALIZADAS 2013	Data
O.S. 01	Planejamento operacional 2013	Janeiro
O.S. 02	Operação carnaval 2013	Fevereiro
O.S. 03	Operação sentinela 2013	Ano todo
O.S. 04	Operação workshop temática	Fevereiro
O.S. 05	Operação retomada V	Março
O.S. 06	Operação jurua	Março
O.S. 08	Operação Humatupi II – Ibama – cancelada	Não houve
O.S. 09	Operação semana santa 2013	Março
O.S. 10	Comando de saúde	Abril a Outubro
O.S. 11	Operação I Otefix	Abril
O.S. 12	Operação jurua II	Abril
O.S. 13	Op tapajós 2013	Abril
O.S. 14	Operação Otedh – PA	Maió
O.S. 15	Encontro nac comissões reg educação transito	Maió

O.S. 16	Workshop Ciop	Maio
O.S. 17	Operação raio x	Maio
O.S. 18	Copa das confederações - motociclistas	Maio-Junho e Julho
O.S. 19	Op enfrentamento ao abuso e a exploração sexual de criança e adolescente	Maio
O.S. 20	Operação corpus crhisti	Maio
O.S. 21	Operação copa das confederações	Junho e Julho
O.S. 22	Operação Belo Monte I	Junho
O.S. 23	Jornada da juventude	Julho e Agosto
O.S. 24	Expoari 2013	Julho
O.S. 25	Operação carnaVale	Julho
O.S. 26	Expoac 2013	Agosto
O.S. 27	Fiscalização de velocidade e ultrapassagens	Agosto a Dezembro
O.S. 28	Encontro nacional do nucleo de multas e penallidades	Agosto
O.S. 29	Agri-show-jaru-Ro	Agosto
O.S. 30	Operação Hileia patria	Setembro
O.S. 31	Operação Enem 2013	Outubro
O.S. 32	Expopib 2013	Outubro
O.S. 33	Operação caminho sem exploração - 2013	Outubro
O.S. 34	Pesq de origem e destino – minist transportes - EPL 2013	Novembro a Dezembro
O.S. 35	Operação proclamação da república	Novembro
O.S. 36	Rodovidas 2013	Dezembro
O.S. 37	Escolta da presidenta - Ji Paraná	Dezembro
O.S. 38	Operação race across - acre BR 364	Dezembro
O.S. 39	Operação Humaitá-2013	Dezembro

Fonte: SPF/21ª SR/DPRF/RO-AC

O enfrentamento à criminalidade também foi alvo de previsão de reforço por meio de operações especiais de combate ao crime, aliadas à realização da etapa regional da Operação Sentinela que ocorreu durante todo o ano e nos principais pontos de ligação à fronteira.

Foi programada, também, Operações de fiscalização do transporte de passageiros, produtos perigosos e excesso de peso.

2.1.1 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Como já citado anteriormente, o grande diferencial da ação fiscalizadora foi a eleição dos dois fatores críticos de acidentes graves mais comuns, excesso de velocidade e ultrapassagem indevida. A fiscalização rigorosa dessas duas condutas foi a tônica da atividade finalística voltada para a segurança no trânsito no exercício.

O gráfico a seguir mostra que as colisões figuraram como principais tipos de acidentes. Seus maiores fatores contribuintes foram exatamente a falta de atenção, velocidade alta ou incompatível e as ultrapassagens indevidas (ultrapassagem em aclave, em faixa contínua, em cruzamentos, etc.).

O gráfico respectivo será anexado ao presente como ANEXO I - Tabela XVI- Quadro Demonstrativo e Percentual Por Tipo de Acidentes.

Aliada a essa fiscalização, foi estabelecida estratégia de manter intenso diálogo com a imprensa a fim de sensibilizar a sociedade quanto aos riscos que envolvem a direção veicular em rodovias, bem como o papel protagonista que cabe ao motorista na construção de um trânsito mais seguro. O gráfico demonstra que no exercício relatado, da mesma forma que em anos anteriores, o comportamento inadequado é o grande vilão da segurança viária. ANEXO II – Tabela XVII – Causas Concorrentes de Acidentes.

No gráfico acima se verifica um percentual alto de falta de atenção. Este item é uma boa oportunidade de melhoria no registro, pois muitas vezes o policial deixa de anotar o fator efetivamente contribuinte pelo fator genérico “falta de atenção” ou “outras causas”.

Providências estão sendo tomadas no sentido de corrigir esta informação, podendo, inclusive, serem retirados campos do BAT a fim de efetivamente forçar a anotação do fator correto. A experiência permite aferir que escondidas atrás dos fatores “genéricos” estão as ultrapassagem e velocidade incompatível.

Outro fato relevante, também, é a ocorrência dos sinistros em sua maioria nas retas e em condições meteorológicas favoráveis, como demonstra o gráfico: ANEXO III – Tabela XVIII – Demonstrativo Percentual de Condições de Tempo nos Acidentes.

No campo do enfrentamento à criminalidade, a principal estratégia foi saturar com a presença ostensiva as rotas mapeadas de ocorrência de tráfico de drogas, a interação da área de Inteligência com os demais órgãos policiais e Ministério Público, a fim de permitir ações integradas de combate a grupos criminosos.

O Comando e Controle foi fundamental para o acompanhamento das ações, ocorrências e monitoramento. Todas as ocorrências de relevância, bem como manifestações sociais foram imediatamente comunicadas a Central de Informações Operacionais, a qual difundiu a informação para a Central Nacional e para as chefias imediatas, o que permitiu intervenção adequada e rápida.

A Educação para o trânsito foi realizada em duas vertentes. A forma tradicional de realizá-la, ou seja, palestras, comandos educativos, distribuição de material informativo, visitas a escolas, empresas, etc.

Na outra vertente, estrategicamente cada abordagem revestiu-se de alo pedagógico e foi encarada como oportunidade de reflexão e mudança de comportamento. Embora haja autuações sem abordagem e com equipamentos de operação autônoma, a prioridade sempre foi a da abordagem, do contato da Instituição com o cidadão, o qual, longe de ser um infrator a ser perseguido, foi encarado como um potencial parceiro na promoção de um trânsito mais seguro.

A chamada Lei Seca foi um importante instrumento a serviço da segurança. Estatisticamente, ao longo dos anos, a embriaguez ao volante não é o maior fator contribuinte para ocorrência dos sinistros em rodovias federais, exceção se faz para os perímetros urbanos. Por outro lado, a grande visibilidade dada pela mídia a essas mudanças, a modalidade de fiscalização ostensiva, o receio de ser apanhado, entre outros, criou um clima favorável para a reflexão em direção a mudança de comportamento. Naturalmente a PRF aproveitou essa excelente oportunidade para maximizar seus resultados.

Não raro, essas abordagens culminaram, também, em ações de combate ao crime, pois delas podem surgir e surgiram desdobramentos vários de prisões, apreensões de armas, drogas, entre outros. Na verdade, o policiamento ostensivo tem o condão de promover segurança em sua plenitude, seja segurança e fluidez do trânsito ou o enfrentamento à criminalidade.

Na verdade, verificou-se que o elemento mais forte de enfrentamento a violência é a fiscalização, pois o crime também circula, tanto pela locomoção de criminosos, quanto pela movimentação de produtos ilícitos.

Apesar dos objetivos institucionais terem sido alcançados há dificuldade estruturais no suporte a atividade-fim que não foram resolvidos a contento no exercício relatado e demandará correção em 2013 e exercícios seguintes, como relatado anteriormente.

Além desses gargalos, há também uma boa oportunidade de melhoria em alinhar mais o efetivo com a estratégia de atuação, a qual muitas vezes não traz todo o glamour da atividade policial tradicionalmente apresentadas pela TV e pelo cinema: prisões, viaturas em alta velocidade realizando manobras cinematográficas, entre outras.

A PRF tem o DNA preventivo. Embora tenha sido preparada ao longo dos anos para o enfrentamento a criminalidade com ações e táticas especiais, o dia-a-dia reclama mais ações preventivas que repressivas. A meta está na fiscalização e não na autuação, na prisão, na apreensão. A fiscalização bem-feita, respeitosa, como foco definido por levantamentos estatísticos é fundamental para o aparecimento do principal resultado, qual seja: SALVAR VIDAS.

Prisões, apreensões e autuações são consequências da fiscalização devidamente realizada na hora e no lugar adequado. O alinhamento de cada policial, de cada servidor, com essa filosofia foi trabalhada no exercício, mas merece ganhar contorno mais forte nos anos seguintes.

Outra iniciativa que não teve seu ciclo devidamente completado no exercício foi o Leilão de veículos de terceiros, como também das próprias viaturas da instituição que não preenchem os critérios para continuar em operação. Os principais gargalos foram a falta de dados para notificações dos proprietários, contrato com os correios não cobriria a demanda de postagem.

Foi conseguida uma senha com DETRAN/RO para o levantamento dos endereços, bem como foi celebrado novo contrato com os correios para essa demanda. Durante o ano foram notificados mais de 1500 proprietários. A expectativa é de que no do exercício de 2014 sejam realizados o tão necessário leilão dos veículos não reclamados.

O maior dos gargalos, no entanto, está na força de trabalho muito aquém das demandas. Embora ocorreria o ingresso de novo efetivo no último trimestre, este ainda é muito aquém das necessidades desta UJ.

2.1.2 Execução do Plano de Metas ou de Ações

Esta UJ realizou, conforme quadro anteriormente registrado, uma série de Operações e ações no exercício a fim dar cumprimento ao plano de ação e atingimento das metas estabelecidas, sendo apresentados nos quadros seguintes, o nome da operação, local de sua realização e por fim, o período de duração.

As intervenções culminaram em um expressivo número de realizações. Esses números são frutos de operação e ações especiais, mas também o são, na verdade principalmente são fruto do trabalho diuturno das equipes de plantão.

Apesar de todos os elementos circundantes (aumento da frota, aumento de motoristas, vias ultrapassadas quanto a locação e obras de arte, economia favorável, etc.) depusessem a favor do aumento dos índices de severidade, os esforços da organização permitiram apontar para um resultado extremamente positivo em comparação com o ano anterior.

Entretanto, as operações realizadas possuem um produto muito maior que as prisões e apreensões delas decorrentes. Seu maior produto foi permitir que cada cidadão que circule pela via tivesse a sensação de estar seguro, bem como de que se houvesse criminoso se locomovendo, este cairia na malha da polícia. Vale lembrar também, o papel de contensão que essas ações ofereceram para a circulação de ilícitos.

2.1.3 Indicadores

Entre os Indicadores constantes do Programa Temático 2070 – Segurança Pública com Cidadania, de responsabilidade do Ministério da Justiça, está o de Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais. No Programa Temático 2048 – Mobilidade e Trânsito, tendo como responsável o Ministério das Cidades, existem dois Indicadores quanto ao tema da violência no Trânsito: Índice de vítimas de acidentes de trânsito e Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito.

Tabela XIX - Quadro de Indicadores por Programa

Programa	Indicador	Unidade de medida	Referência	
			Data	Índice
2070	Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais (número de mortos)		31/12/2010	8.623
2048	Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,10
	Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	18,30

Fonte: Siger/Denatran

Esses Indicadores, no entanto, não carregam em si metas de realizações. Funcionam como uma referência de um patamar a ser melhorado.

Conforme já registrado anteriormente os Indicadores definidos pela área central são Veículos fiscalizados, pessoas fiscalizadas, testes de etilômetro e pessoas alcançadas por ações de Educação para o trânsito. Na tabela IV foram registrados esses Indicadores e os percentuais de alcance.

O acompanhamento dos resultados do enfrentamento à violência no trânsito estão registrados nas tabelas V e VI.

2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

O item 2.2.1 Programa Temático (Quadro A.2.2.1 – Programa Temático) integrante do Sumário previsto no Anexo Único da Portaria – TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, não se aplica a este Órgão, haja vista que a Vigésima Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é unidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, esta sim, Unidade Orçamentária identificada pelo código 30107, componente da estrutura do Ministério da Justiça, entretanto não possui Programa Temático ou Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado, definidos no PPA (Lei nº 12.593/2012) sob sua responsabilidade direta.

Estes itens ficaram sob a responsabilidade das unidades jurisdicionadas que abrangem secretaria-executiva de ministério ou de secretaria com status de ministério. Em tal situação deve ser preenchido um quadro para cada programa temático que apresente na lei orçamentária recursos alocados ao ministério ou à secretaria com status de ministério.

O item 2.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI (Quadro A.2.2.3.4 – Ações de Orçamento de Investimento) integrante do Sumário previsto no Anexo Único da Portaria – TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, haja vista que, nos termos do contido no Art. 165, § 5º, Inciso II, da Constituição Federal, o orçamento em assunto refere-se às empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, logo, este item não se aplica à Vigésima Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

2.2.1 Ações/Subtítulos - OFSS

Os quadros identificados como A.2.2.3.2 - Ações/Subtítulos abaixo transcritos tiveram parte de seus conteúdos excluídos, em especial os campos destinados à indicação de restos a pagar não processados - exercícios anteriores, isso em virtude de suas não ocorrências. O registro de tais encargos estão previstos no quadro A.4.3.

Em virtude da formatação do referido quadro, foram identificados e colacionados no anexo assim estabelecido:

ANEXO IV – Tabela XX – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo – OFSS – 14VN

ANEXO V – Tabela XXI – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo – OFSS – 2000

ANEXO VI – Tabela XXII – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo – OFSS – 2004

ANEXO VII – Tabela XXIII – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo – OFSS – 20IC

ANEXO VIII – Tabela XXIV – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo – OFSS – 20UB

ANEXO IX – Tabela XXV – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo – OFSS – 2723

ANEXO X – Tabela XXVI – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo – OFSS – 7U23

ANEXO XI – Tabela XXVII – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo – OFSS – 8698

ANEXO XII – Tabela XXVIII – Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulo – OFSS – 8785

2.2.1.1 Análise Situacional

A Unidade Jurisdicionada como em toda a administração pública se depara com um desafio constante: o gerenciamento de demandas sociais reprimidas e a limitação de recursos, trazendo como mote a qualidade do gasto público e do zelo pela melhor aplicação e execução do gasto. Esse desafio reflete um dilema clássico da economia: recursos escassos e demandas infinitas.

A eficiência do gasto público reflete diretamente na redução dos custos dos órgãos públicos, favorecendo o aumento do investimento nas atividades finalísticas institucionais com a eliminação ou redução dos desperdícios.

Na contextualização regional, embora exista uma demanda reprimida nas atuações institucionais (preventiva e repressiva) nos diversos campos de atuação – trânsito, crime, salvamento, segurança pública em geral, a atuação institucional está limitada pelo orçamento a ela destinado.

O crescente processo de modernização da Polícia Rodoviária Federal é fator essencial para uma efetiva prestação de serviço à população. São necessários sistemas de comunicação eficazes disponíveis para o público interno e externo. Todos os registros policiais, sejam de crimes ou de fiscalização de trânsito precisam de tratamento célere e seguro.

Nesse sentido a PRF tem em desenvolvimento vários Projetos Estratégicos e Setoriais que visam a modernização e manutenção do Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação. Esses Projetos têm demandado grandes investimentos e conseqüentemente consideráveis au-

mentos na necessidade de custeio do Órgão.

Todavia, há retração nos aportes de descentralização de financeiros para fazer frente a essas demandas.

A limitação de descentralização para fazer frente aos insumos mínimos, além de impactar na prestação de serviço, impede ou dificulta o exercício do planejamento regional. Mesmo com uma conjuntura negativa, houve avanços significativos na implementação de ações voltadas a melhoria das condições estruturais com a contratação e manutenção de serviços de comunicação de dados e voz, manutenção e reparação de veículos, levantamento de condições prediais, contratação de execução da obra onde será instalada a nova sede da Superintendência, 1ª Delegacia, Auditório e Academia.

A qualidade do acervo tecnológico ainda merece reparos e atualizações, entretanto as ações tiveram como norte a manutenção do funcionamento dos sistemas de telecomunicações, priorizando a manutenção de sistemas informatizados usualmente empregados nas atividades fins.

Ainda, foram adquiridos peças de uniforme, substituição de coletes balísticos com prazo de validade vencida, material de expediente e consumo.

A terceirização dos serviços de reprografia diminuiu custos com manutenção de multifuncionais e aquisição de suprimentos (tonner, cartuchos, etc).

Renovação e manutenção dos contratos de gestão de frota e fornecimento de combustíveis.

Com o deslocamento de efetivo e viaturas para eventos específicos (COPA DAS CONFEDERAÇÕES e JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE), houve um aumento no consumo de combustíveis e gastos com manutenção de viaturas, entretanto não foram suficientes a afetar a estabilidade dos contratos ou inviabilização das atividades diurnas regionais.

Aliado ao contingenciamento de financeiro, há ainda na regional um grave entrave, já detalhado alhures, quanto a dificuldade de fixação de efetivo, o que invariavelmente, implica em redução da força de trabalho e impacto final na prestação de serviços públicos.

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

A Vigésima Primeira Superintendência Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é acompanhada de controles externos e internos com a seguinte estrutura legal:

a) Controle Externo:

a1) Tribunal de Contas da União – TCU, a quem compete julgar as de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais, bem como as contas de qualquer pessoa que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário federal. Ainda, aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de pessoal – admissão, aposentadoria, reforma e pensão – e fixar os coeficientes dos fundos de participação dos estados, do distrito federal e dos municípios.

a2) Ministério Público Federal -MPF, com objetivo de manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial, bem como a integração das funções do Ministério Público e das Polícias voltada para a persecução penal e o interesse público

b) Controle Interno:

b1) Controladoria-geral da União – CGU, fiscaliza e avalia a execução de programas de governo, inclusive ações descentralizadas a entes públicos e privados realizadas com recursos oriundos dos orçamentos da União; realiza auditorias e avalia os resultados da gestão dos administradores públicos federais; apura denúncias e representações; exerce o controle das operações de crédito; e, também, executa atividades de apoio ao controle externo.

b2) Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça – AECI/MJ – na mesma similitude da CGU, mas apenas quanto aos atos das unidades afetas ao Ministério da Justiça/MJ.

Não obstante a necessidade organizacional de uma estrutura de Auditoria Interna, não há estrutura formalmente constituída na 21ª SR/PRF/RO-AC com a finalidade de avaliar o processo de gestão no que se refere aos seus diversos aspectos, tais como a governança institucional, gestão de riscos e procedimentos de aderência às normas regulatórias, apontando eventuais desvios e vulnerabilidade às quais a unidade está sujeita.

Mesmo ausente formalmente a estrutura identificada acima, a unidade vem disseminando ações pontuais junto ao seu corpo diretivo e executivo para a criação e aperfeiçoamento dos controles de riscos, levando, por consequência, a elevação do grau de importância das atividades desempenhadas pelos servidores, independente do campo e nível de atuação.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Tabela XXIX - Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		x			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	

3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		x			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		x			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	x				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	x				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	x				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	x				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.	x				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	x				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	x				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	x				
Análise Crítica: Não há estrutura formalmente instituída na unidade de Auditoria Interna, entretanto, conforme consignado no item 3.1, há processos embrionários de gestão de controles internos.					
Escala de Valores da Avaliação (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Asseverado anteriormente sobre a ausência de estrutura formal de controle interno na Unidade Jurisdicionada, e neste contexto, não foram criados indicadores para o monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos. No início do presente relatório, consignamos no quadro de não ocorrências, o item 3.6.

3.3 Sistema de Correição

O Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, estabelece o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e elenca as competências de seus órgãos integrantes a saber: da Controladoria-Geral da União, como órgão central; das unidades correcionais setoriais, junto aos Ministérios (corregedorias vinculadas técnica e hierarquicamente ao órgão central); **das unidades correcionais seccionais** (corregedorias dos órgãos componentes da estrutura dos Ministérios, bem como de suas autarquias e fundações); e da Comissão de Coordenação e Correição (colegiado de função consultiva, com o fim de uniformizar entendimentos), decorrente do aludido escalonamento hierárquico e disciplinar, a Corregedoria Regional, passou a integrar o **Sistema de Correição do Poder Executivo Federal**, *verbis*:

“Art.1º - São organizadas sob a forma de **sistema as atividades de correção do Poder Executivo Federal**, a fim de promover sua coordenação e harmonização.

§1º - O Sistema de Correção do Poder Executivo Federal compreende as atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades, no âmbito do Poder Executivo Federal, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais.

§2º - A atividade de correção utilizará como instrumentos a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância, o processo administrativo geral e o processo administrativo disciplinar.

Art. 2º - Integram o Sistema de Correção:

I - a Controladoria-Geral da União, como Órgão Central do Sistema;

II - as unidades específicas de correção para atuação junto aos Ministérios, como unidades setoriais;

III - as unidades específicas de correção nos órgãos que compõem a estrutura dos Ministérios, bem como de suas autarquias e fundações públicas, como unidades seccionais; e

IV - a Comissão de Coordenação de Correição de que trata o art. 3º .

§1º - As unidades setoriais integram a estrutura da Controladoria-Geral da União e estão a ela subordinadas.

§2º - As unidades seccionais ficam sujeitas à orientação normativa do Órgão Central do Sistema e à supervisão técnica das respectivas unidades setoriais”.
(destacamos).

O Sistema Correicional da 21ª SRPRF/RO-AC, como unidade seccional, como acima destacado, também tem previsão na estrutura regimental do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, consoante estabelecido pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, Publicada no DOU nº 150 de 06 de agosto de 2007, **a qual** aprova o Regimento Interno, por sua Excelência, o Senhor MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, *verbis*:

“Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correicional da Unidade Regional;

- VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correcionais de servidores da Superintendência;
- VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;
- IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;
- X - elaborar estatísticas de interesse da área correcional e relatórios de gestão;
- XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correcionais;
- XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;
- XIII - auxiliar na gestão do orçamento correcional;
- XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e
- XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

- I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;
- II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;
- III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;
- IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;
- V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e
- VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática”.*

As diretrizes e normas referentes à instrução de procedimentos disciplinares e demais atividades correcionais no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal são regidas pela **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 27 DE JANEIRO DE 2010:**

“Art. 1º A presente Instrução Normativa estabelece procedimentos a serem observados pelas autoridades instauradoras e julgadoras, pelas corregedorias, pelos integrantes de comissões, pelos servidores responsáveis pela realização de investigações preliminares em matéria disciplinar, assim como pelos demais aplicadores das normas administrativas disciplinares no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos limites de suas atribuições, respeitada a legislação aplicável e os princípios pertinentes”.

Para garantir a disciplina, a qualidade e a eficiência do serviço realizado nas rodovias

federais e demais áreas de interesse da União, servidores (agentes públicos), terceirizados, estagiários e cidadãos contam com a Corregedoria Regional, Órgão Regimental responsável pela **prevenção e correção de irregularidades**, além de supervisionar a **regularidade e aprimoramento na prestação do serviço público**, além do desempenho profissional de todos os servidores.

A **prevenção** de irregularidades ostenta o viés mais consentâneo para a consecução dos resultados institucionais esperados; seja pela perspectiva eminentemente pública, ou mesmo na dimensão do efetivo controle social, em vista do menor impacto de onerosidade social e de construção de espaços laborais persuasivos, possibilitando, com isso, o implemento de ações efetivamente conscienciais com reflexos diretos na qualidade do serviço prestado e em maior aprovação pelo cidadão usuário (destinatário final).

Inobstante isso, não se pode descurar que aos servidores recalcitrantes e incursos em ilícitos administrativos disciplinares considerados de elevada ofensividade a regular prestação do serviço, não há como olvidar a cominação de penalidades, mesmo porquê decorrente de imposição legal (Estatuto Federal).

Portanto, como acima aludido, a **gestão correicional** se concretiza com duas vertentes, sendo a primeira com adoção de ações preventivas (Acompanhamento Gerencial de Serviços – AGS e Inspeções Correicionais, além de reuniões com o efetivo nas Unidades Desconcentradas, com ênfase no Projeto Corregedoria Participativa), e a segunda com adoção de procedimentos preparatórios (**instrução preliminar e sindicância administrativa investigativa**), e acusatórios (**sindicância autônoma e processo administrativo disciplinar**).

Acompanhamento Gerencial de Serviços – AGS - normatizado por meio da Instrução Normativa CG nº 002/2011 (regulamenta as ações de corregedoria preventiva relacionadas com o mencionado AGS, Compromisso de Adequação Funcional (CAF) e Estímulo à Boa Conduta (EBC), que tem como condão, tais ferramentas ou instrumentos preventivos, gerenciar os incidentes procedimentais que não ensejem, à primeira vista, infração disciplinar, controlando continuamente e de forma sistemática o comportamento dos servidores para que somente evolua à seara disciplinar os fatos relevantes e não solucionados ainda no momento de gerenciamento.

O Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS – é realizado em três níveis distintos. O primeiro em âmbito de cada desconcentrada (Delegacias), ficando sob responsabilidade da chefia imediata. Os dois últimos possuem duplo aspecto (inspeção e/ou auditoria), realizado por integrantes da Corregedoria Regional e/ou Corregedoria Geral/DPRF/MJ ou ainda, por equipes por estas designados mediante Ordem de Missão.

As correições ordinárias diferem-se das inspeções, pois estas objetivam verificar, no momento da visita, a regularidade do andamento do serviço e agir dos servidores em relação a observância dos atos normativos pertinentes, intercedendo de imediato conforme o caso, enquanto aquelas decorre de uma análise mais minuciosa da parte documental (v.g. DNRC, DRV, etc) lavrada no âmbito das delegacias; as liberações de veículos; as condições de depósito dos veículos retido nos pátios PRF; estruturas físicas e etc. Em 2008, com implantação do Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS as duas ações praticamente se fundiram.

No exercício de 2013, no âmbito de cada Unidade Desconcentrada foi autuado um

procedimento de Acompanhamento Gerencial de Serviços – AGS, ficando a cargo de seus respectivos Chefes a incumbência de executar as diretrizes constantes do Normativo da matéria (IN CG nº 02/2011), perante os servidores lotados em aludidos Órgãos Regimentais, assim estabelecido: 1ª DELPRF/PORTO VELHO/RO/21ª SRPRF RO-AC (**Autos: 08.671.000.143/2013-53**) - 2ª DELPRF/ JI-PARANÁ/RO/21ª SRPRF RO-AC (**Autos: 08.671.000.144/2013-06**) - 3ª DELPRF/ARIQUEMES/RO/21ª SRPRF RO-AC (**Autos: 08.671.000.145/2013-42**) - 4ª DELPRF/VILHENA/21ª SRPRF RO-AC (**Autos: 08.671.000.149/2013-21**) e 5ª DELPRF/RIO BRANCO/AC/21ª SRPRF/RO-AC (**Autos: 08.671.000.148/2013-86**).

Para efeito de controle correicional, a cada 03 (três) meses os Chefes das referidas Unidades encaminham a este Órgão correicional Relatórios de Avaliação Gerencial -RAG, dos quais se dá conhecimento a Sua Senhoria, o Senhor Superintendente; bem como, em se deparando com alguma demanda afeta à gestão administrativa ou mesmo operacional, aos Órgãos Regimentais competentes é remetido o Relatório de Avaliação Gerencial, com o intuito de situá-los no tocante às demandas de suas pastas.

Acresça-se, ainda, sob tal prisma, que no segundo semestre do exercício de 2013, precisamente no mês de dezembro, no período de 11 a 15 e de 21 a 30, do mês de dezembro de sobredito exercício (2013) foram deflagradas 02 (duas) Ordens de Missão composta de 04 (quatro) equipes, com integrantes desta Corregedoria Regional e apoio das Chefias da 4ª DELPRF/VILHENA/RO e da 5ª DELPRF/RIO BRANCO/AC.; com o desiderato de efetivar o Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS nas Unidades Desconcentradas (1ª DELPRF/PORTO VELHO/RO; 2ª DELPRF/JI-PARANÁ/RO; 3ª DELPRF/ARIQUEMES/RO 4ª DELPRF/VILHENA/RO e 5ª DELPRF/RIO BRANCO/AC.), como seja, em todos os Postos ativos da 21ª SRPRF/RO-AC., como consta de Relatório circunstanciado com todos os registros remetido ao Senhor Superintendente desta Regional.

Reuniões com o efetivo nas Unidades Desconcentradas, com ênfase no Projeto Corregedoria Participativa - foram realizadas no primeiro semestre do exercício de 2013, reuniões de trabalho de natureza correicional preventiva no âmbito da 1ª DELPRF/PORTO VELHO/RO; 2ª DELPRF/JI-PARANÁ/RO; 3ª DELPRF/ARIQUEMES/RO 4ª DELPRF/VILHENA/RO e 5ª DELPRF/RIO BRANCO/AC.

O Projeto de Corregedoria Participativa foi pensado com o fito de se modificar a imagem distorcida que a Corregedoria da PRF possuía perante o efetivo, que era a de ser distante da “realidade encontrada na pista”, e de não ser capaz de compreender as razões de quem trabalha na atividade-fim do órgão. O sistema era acusado por muitos servidores de ter a pecha de somente se preocupar com “perseguir aqueles que trabalham” e, com essa imagem, era difícil alcançar aqueles que realmente se pretendia corrigir, pois havia um grande distanciamento da Corregedoria.

Implantado no ano de 2007, o programa objetiva mostrar que o compromisso com a qualidade do serviço prestado pela PRF é de todos os policiais da instituição, ao mesmo tempo em que é de cada servidor individualmente, e não somente da área correicional, para que se forme um ambiente desfavorável à pratica de irregularidades.

É comum que servidores, ao se depararem com alguma irregularidade, requeiem a solução do problema à Corregedoria ou à Administração Central (o “Departamento”), como se estes fossem entidades naturais, com vontades próprias, afastando de si a responsabilidade para com aquela solução. Contudo, hodiernamente esta postura não se coaduna com os atuais anseios da sociedade, que não tolera mais aquele agente passivo, exigindo um posicionamento mais proativo.

Procedimentos preparatórios (**instrução preliminar e sindicância administrativa investigativa**), e acusatórios (**sindicância autônoma e processo administrativo disciplinar**) - O passivo atual em tramitação da Corregedoria Regional da 21ª SRPRF/RO-AC corresponde a **17 (dezessete) procedimentos administrativos disciplinares, assim divididos: 12 (doze) em diligências preliminares; 01 (um) aguardando instauração; 04 (quatro) PAD'S instaurados, 01 (um) em fase de instrução; e 01 (um) aguardando julgamento** conforme quadro abaixo:

Tabela XXX – Quadro Comparativo das Atividades Correicionais

	2009	2010	2011	2012	2013
Processos Pendentes	24	18	12	11	17
Processos novos (autuações)	32	21	27	16	29
Instaurados	13	09	08	05	4
Encerrados (instaurados ou não)	45	27	33	24	12
Absoluções	12	05	05	04	16
Advertências	06	02	01	03	2
Suspensões	01	03	06	-	-
Demissões / Cassações de Aposentadoria	01	-	01	02	-
Servidores Afastados	-	-	-	-	-
Notas de Culpa	-	-	-	-	-
Encontros de Corregedoria	01	02	01	-	01
Operações de Corregedoria	-	-	-	-	-
Prisões de Servidores	-	-	-	-	-
Prisões por corrupção ativa	-	-	-	-	-
Curso de PAD	-	-	-	-	02
Curso de Investigação Correicional	01	01	-	-	-

Fonte: CR/CGU-Pad

Recursos Humanos – atualmente a Seção Correicional conta com 03 (três) Policiais Rodoviários Federais, sendo que destes 01 (um) ocupa a Chefia da Corregedoria Regional e 02 (dois) são lotados no Núcleo de Assuntos Internos. Tem uma Secretária Terceirizada e um Estagiário de Direito. Em estudo aprovado pela DIGES/CG/DPRF/MJ, no ano 2007, o efetivo mínimo considerado para a boa consecução das atividades de Corregedoria é de 04 (quatro) servidores; consignado-se, para tanto, que o Dirigente Regional tem dado a devida atenção a este quantitativo, na medida do possível, dado que o efetivo da Unidade Regional é precário, frente as múltiplas tarefas que lhe são afetas.

Capacitação – no exercício de 2013, ao todo foram capacitados 03 (três) servidores, sendo 01 (um) em processo administrativo disciplinar avançado e os outros 02 (dois) em análise de procedimentos disciplinares, cursos estes ministrados por instrutores da Polícia Rodoviária Federal.

Ambiente Funcional Laboral – o espaço físico destinado as instalações físicas, de equipamentos e arquivos, além da acomodação dos servidores, não é adequada, pois com muita restrição de espaço; entretantes, tal estado de coisas é provisório, pois encontra-se em execução a construção da nova sede, a qual contemplará mais espaço e maior funcionalidade na acomodação das atividades em voga, além de proporcionar ambiente adequado ao servidor.

Governança Correicional – o ano de 2013, foi marcadamente um ano de muitas inovações na seara disciplinar, a começar pelo implemento de procedimentos que tiveram o condão de otimizar todas as atividades correicionais, desde a gestão documental, financeira e pessoal, até da criação do Conselho Superior de Uniformização de Procedimentos Correicionais – CSUP, tendo em vista a necessidade de superar as assimetrias observadas no âmbito circunscricional da Polícia Rodoviária Federal, em matéria disciplinar, o que, na mais das vezes, gerava, além da insatisfação do administrado, a oneração dos procedimentos, pois em descompasso com a melhor técnica e sistemática regente da atividade em evidência.

Acresça-se a isto, que a organização sob a forma de **sistema das atividades de correição do Poder Executivo Federal**, a fim de promover sua coordenação e harmonização, tendo a **Controladoria-Geral da União, como Órgão Central do Sistema, imprimiu maior controle, eficiência e agilidade na condução correicional institucional**, e isto tem sido uma constatação, dado o rápido aprimoramento com que a seara disciplinar vem se apresentando no cenário social público.

3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Em cumprimento ao disposto nos **Arts. 4º e 5º da Portaria 1043** de 27 de julho de **2007** da Controladoria Geral da União – **CGU** que estabeleceu a obrigatoriedade do uso do sistema de gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, denominado CGU PAD, a Corregedoria Regional da 21ª SR/PRF/RO-AC., vem adotando o cadastramento de todas as sindicâncias autônomas e dos processos administrativos disciplinares instaurados e de suas fases subsequentes (incidentes, julgamentos e recursos).

Ressalta-se que os processos encerrados nos anos de 2006 e 2007, antes da expedição da citada portaria, estão sendo cadastrados na medida do possível, como seja, neste exercício (2014), a pretensão é que todo o passivo anterior a 2007 e 2006, seja cadastrado.

Art. 4º Aos órgãos cadastradores referentes aos Ministérios são estabelecidos os seguintes prazos para o registro das informações relativas aos processos disciplinares no CGU-PAD, a contados a partir da publicação desta Portaria:

I - para os processos disciplinares em curso, instaurados após a publicação desta Portaria, sessenta dias;

II - para os processos disciplinares em curso, instaurados antes da publicação desta Portaria, noventa dias;

III - para os processos disciplinares encerrados em 2006 e 2007, antes da vigência desta Portaria, cento e vinte dias.

§ 1º Após os prazos estabelecidos nos incisos I e II, todos os processos disciplinares em curso deverão ter suas informações registradas conforme disposto no art. 1º, § 3º.

§ 2º Os prazos para o registro das informações dos processos disciplinares encerrados antes de 2006 serão estabelecidos por meio de portaria específica expedida pelo Corregedor-Geral da União.

Art. 5º Os órgãos cadastradores devem zelar pela integralidade, disponibilidade e confidencialidade das informações registradas no CGU-PAD, observadas, sempre que cabíveis, as disposições do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. O descumprimento das disposições desta Portaria sujeitará os responsáveis às sanções previstas em lei.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Tabela XXXI – Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Crédito de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.102.095,20	2.606.319,04	3.101.797,75	2.606.319,04
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	3.102.095,20	2.606.319,04	3.101.797,75	2.606.319,04
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	525.577,77	414.753,02	525.577,77	414.753,02
h) Dispensa	346.582,26	335.332,18	346.582,26	335.332,18
i) Inexigibilidade	178.995,51	79.420,84	178.995,51	79.420,84
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.254.711,61	919.549,59	1.254.711,61	919.549,59
k) Pagamento em Folha	3.703,43	3.025,00	3.703,43	3.025,00
l) Diárias	1.251.008,18	916.524,59	1.251.008,18	916.524,59
5. Não se aplica	1.319.487,18		1.319.487,18	
6. Total (1+2+3+4+5)	6.201.871,76	3.940.621,65	6.201.574,31	3.940.621,65

Fonte: Siafi

4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

ANEXO XVIII - Tabela LX - Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

4.1.2 Análise Crítica Da Realização Da Despesa

Adotando boas práticas administrativas, a Unidade Jurisdicionada está reestruturando a sistemática de contratações no sentido de otimizar os recursos descentralizados, reduzindo o tempo entre planejamento e contratação de bens ou serviços. Houve um incremento de 19% no montante nas licitações na modalidade de pregão.

A priorização da modalidade pregão representa além da otimização dos recursos e agilização nas contratações de bens e serviços, além de transmitir uma maior transparência da atuação institucional.

As dispensas de licitações representaram 1/10 das contratações, e em geral, destinaram-se a aquisições de pequeno valor para manutenção da unidade. Os valores decorrentes de inexigibilidade decorrem de contratações com empresas prestadoras de serviços públicos (energia elétrica, água e esgoto, correios) e ainda, as despesas necessárias a manutenção de veículos e outros bens durante o prazo e para a manutenção da garantia.

4.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

ANEXO XIII - Tabela XXXII - Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito de Movimentação

4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Tabela XXXIII – Quadro A.4.3 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2008	R\$ 364,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 364,44
2009	R\$ 699,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 699,36
2010	R\$ 14.915,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.915,50
2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2008	R\$ 69.542,82	R\$ 12.985,51	R\$ 0,00	R\$ 56.557,31
2009	R\$ 40.120,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.120,55
2010	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2011	R\$ 356.307,88	R\$ 61.953,12	(R\$ 294.354,76)	R\$ 0,00
2012	R\$ 770.763,02	R\$ 598.612,64	R\$ 0,00	R\$ 172.150,38

Fonte: Siafi

4.3.1 Análise Crítica

A ocorrência do fato contábil decorre de realizações de empenho, sem que no entanto, os serviços sejam prestados ou os bens entregues no exercício financeiro da contratação. Em virtude de descentralização de créditos no final do exercício, em especial no mês de dezembro, no período em que antecede a data limite de empenho, ou sua reabertura ao final do mês de dezembro, possibilita novas contratações que estavam pendentes de liberação de créditos.

Ressalte-se que a 21ª SR/DPRF/RO-AC não é unidade orçamentária, ficando pendente para algumas execuções, da respectiva descentralização de créditos. A mesma informação tem como finalidade informar a impossibilidade de adotar análise crítica sobre as movimentações financeiras, sejam elas decorrentes de créditos originários ou por movimentação da UORG – DPRF.

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MAO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Tabela XXXIV - Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		250	48	26
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		250	48	26
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.1.1. Policial Rodoviário Federal	Não há	210	48	26
1.2.1.2. Plano Especial PRF	Não há	40	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		250	48	26

Fonte: Siape

5.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Tabela XXXV – Quadro A.5.1.1.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	15
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	3
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	11
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	28
4.1. Doença em Pessoa da Família	28
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	1
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	91

Fonte: Siape

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Tabela XXXVI – Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	1	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	Não há			
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	27	10	7
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		28	10	7

Fonte: Siape

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Tabela XXXVII – Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	21	80	60	51	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			1		
2.3. Funções Gratificadas	2	3	14	8	0
3. Sub total (1+2)	23	83	75	59	10
4. Total	250				
5. Percentual Etário	9%	33%	30%	24%	4%

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Tabela XXXVIII – Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade Situação Epurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	1	1	1	58	153	7	1	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	1	1	1	58	153	7	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	6	21	1	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	6	21	0	0	0
3. Subtotal (1+2)	0	1	1	1	64	174	8	1	0
4. Total Efetivo	250								
5. Percentual Escolaridade	0,00%	0,40%	0,40%	0,40%	25,60%	69,60%	3,20%	0,40%	0,00%

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape e Assentamentos Funcionais

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

ANEXO XIV – Tabela XXXIX – Quadro A.5.1.3 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Tabela XL – Quadro A.5.1.4.1 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31 de Dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	59	3
1.1 Voluntária	52	2
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	7	1
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	6	0
2.1 Voluntária	2	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	4	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	65	3

Fonte: Siape

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Tabela XLI – Quadro A.5.1.4.2 – Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	9	0
1.1. Integral	9	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	25	0
3. Total (1+2)	34	0

Fonte: Siape

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

A admissão de pessoal ou concessão de aposentadoria, pensão civil e alteração de fundamento legal de ato de concessão por serem atos complexos, tem o requerimento ou motivação autuada na regional e após instrução com a documentação própria à espécie, são remetidos a Unidade Central da Polícia Rodoviária Federal, e caso a decisão a ser adotada no feito transcenda a competência da autoridade central, é feito a remessa ao ministério afeto à decisão.

Assim, os dados ora compilados, embora sejam de servidores a serem lotados ou lotados na regional, são processados pela unidade central, servindo os dados apenas de conhecimento sobre a alteração da força de trabalho e as motivações.

Todos os registros junto ao SISAC são adotados pela unidade central, razão pela qual este tópico não contempla os quadros A.5.1.5.2 e seguintes.

Tabela XLII – Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	42	40	42	40
Concessão de aposentadoria	2	11	2	11
Concessão de pensão civil	1	2	1	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	7	0	7
Totais	45	60	45	59

Fonte: Siape – SRH

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O controle com vistas detectar possível acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos é realizado a partir de consultas encaminhadas às Secretaria Estadual Administração e às Secretarias Municipais dos Estados de Rondônia e Acre.

Esse tipo de controle, atende de forma satisfatória o fim a que se propõe, sobretudo, considerando a ausência de comunicação entre os sistemas de informações dos servidores da União, Estados e Municípios.

Atualmente tramita na regional, em fase de diligências preliminares, um processo com vistas verificar suposto acúmulo irregular de cargo públicos (médico).

5.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No exercício de 2013 houve a realização de notificação de servidor com levantamento inicial de acumulação irregular de cargos públicos, procedimento este realizado em 03/06/2013 conforme consta do Processo 08671001035/2012-17, cadastrado no sistema SICOR em 19/12/2012.

Com a notificação o servidor buscou o judiciário federal através de ação mandamental registrada sob o nº 6320-66.2013.4.01.4100, com decisão liminar determinando a

autoridade apontada como coatora para suspender o Processo Administrativo Disciplinar nº 08671001035/2012-17, decisão datada de 06 de junho de 2013. Ainda em data de 17 de outubro de 2013 decisão de mérito em primeiro grau CONCEDENDO A SEGURANÇA para assegurar o direito a acumulação de dois cargos privativos de profissional de saúde, sem imposição de limitação de carga semanal, nos termos do artigo 37, XVI, “c” da Constituição da República.

5.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Considerando a implantação da Política de Ensino em âmbito nacional, com o objetivo de instituir e dinamizar a formação continuada e a atualização permanente dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, na busca constante de melhor desempenhar a missão institucional, foram realizados os seguintes cursos:

1. Cursos realizados pela 21ª SRPRF/RO-AC

Tabela XLIII – Cursos de Capacitação

NOME DO EVENTO DE CAPACITAÇÃO	CARGA-HORÁRIA	QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS	INVESTIMENTO
Curso de Operações de Choque para Controle de Distúrbio Civil – Oferecido pelo DPF/RO, Período de 08 a 12/04/2013. Processo nº08.671.001.007/2013-81	40h/a	01	00
Estágio Motociclista Militar 2013 oferecido pela SESDEC/RO	100h/a	01	00
Curso Básico de Inteligência oferecido pela SESDEC/RO, SIPAM E GEI/RO.	40h/a	02	00

Fonte: Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal - NUCAP

No ano de 2013 continuamos o Projeto Patrulha de Saúde, através do Programa PROSSERV. Este projeto possibilitou o acompanhamento da saúde do servidor, visando a promoção e qualidade de vida, trabalhando principalmente a prevenção em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho.

Pelos dados levantados na Patrulha da Saúde podemos observar que um grande número de servidores apresentam problemas de saúde como: peso acima, obesidade 01 e sobrepeso, índice altíssimo de gordura corporal, problemas visuais sem correções, sono alterado, dormem menos de 06 horas, qualidade de sono ruim, sonolência diurna leve, circunferência abdominal acima do normal, taxas de glicemia, colesterol e triglicéridios aumentados. Não praticam atividade física com regularidade, alimentam-se inadequadamente, consomem muito fritura, carnes gordas e produtos industrializados.

Frente ao constatado, com relação a 2011, 2012 e 2013, observamos que houve

mudança na mentalidade a respeito das relações doença saúde no trabalho. Os servidores que antes achavam que nunca adoeceriam, que não se cuidavam, atualmente mostram-se preocupados, analisam dados anteriores e fazem comparações dos resultados, observam se apresentaram melhoras. Procuram o especialista médico, conforme encaminhamentos, fazem exames com mais frequência.

Trabalhamos em 03 Projetos:

- Projeto Atividades Físicas – A prática regular de exercícios físicos proporciona benefícios em nosso organismo, para um bom funcionamento orgânico.
-
- Projeto Massagens Terapêuticas – Visa a prática de aplicar força ou vibração sobre tecidos macios do corpo, funciona como terapia na prevenção das doenças do músculo esquelético.
-
- Projeto Caminhadas – Propicia bem-estar físico e emocional, estimula a circulação sanguínea e facilita o transporte de oxigênio, reduzindo o risco de doenças cardíacas.

Todos os projetos foram encaminhados a Divisão de Saúde e Assistência Social – DISAS, para análise, no entanto, não houve liberação de recursos financeiros e os projetos deixaram de ser executados.

Na área médica, foram realizadas consultas a servidores, bem como a seus familiares, terceirizados e estagiários no ambulatório.

Faz-se controle de pressão arterial, glicemia, colesterol e triglicerídios, aplicações de medicamentos endovenoso e intra muscular, aplicação de vacinas, controle de peso e altura, cálculo do IMC. São realizadas visitas domiciliares e hospitalares, participação e atuação em comandos de saúde nas rodovias, controle e notificação de doenças infecto-contagiosas, encaminhamento e controle das licenças médicas junto à equipe do SIASS, agendamentos de consultas e exames de servidores da capital e do interior e participação de reuniões com outras instituições em relação aos exames periódicos.

Todos os atestados médicos são encaminhados ao SIASS para validação ou não das licenças. Após levantamento pela equipe do SIASS/RO e extrato SIAPE:

Tabela XLIV – Quadro de Afastamento

Por Cargo				
CARGO	QTE DIAS	QTE EFETIVO	MEDIA DIAS	% EFETIVO
PRF	3651	79	46,22	37,62
PEDPRF	619	17	36,41	35,42
Motivo do Afastamento e Tipologia				
MOTIVO	QTE DIAS	QTE EFETIVO	MEDIA DIAS	% EFETIVO
Pessoa em boa saúde acompanhando pessoa doente	290	23	12,61	8,87

Doenças de fatores emocionais	1244	19	65,47	7,36
Doenças cardíacas	251	9	27,89	3,63
Distúrbios osteo muscular	847	35	24,2	14,11
Doenças neoplásicas	182	2	91	0,78
Outros	1250	69	18,12	26,74
TOTAL	4064	157	25,89	60,85

Fonte: SIASS/RO e Siape

Quanto ao efetivo da 21ª SRPRF/RO-AC, em 31/12/2013, tínhamos 210 servidores ocupantes do cargo de Policial Rodoviário Federal e 40 pertencentes ao Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, sendo 25 servidores do cargo de Agente Administrativo, 04 Agente de Portaria, 03 Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, 02 Datilógrafos, 01 Motorista Oficial, 03 Técnico em Contabilidade, 1 Médico e 1 Enfermeiro.

No ano de 2013, 18 (dezoito) Policiais Rodoviários Federais foram removidos para outras Regionais, sendo 03 (três) na modalidade ex-officio, 01 (um) por motivo de saúde de dependente, 03 (três) por força de decisão judicial, 11 (onze) por processo seletivo de remanejamento – SISNAR.

De outra Regional para a 21ª SRPRF/RO-AC, tivemos 02 (dois) Policiais removidos por processo seletivo de remanejamento – SISNAR e 02 (dois) tiveram as remoções revogadas em virtude de decisão judicial.

Houve 02 (duas) vacâncias por motivo de posse em outro cargo inacumulável. Uma (01) reversão de aposentadoria, servidor ocupante do cargo de Policial Rodoviário Federal. Nomeação tornada sem efeito, 01 (um) servidor ocupante do cargo de Policial Rodoviário Federal.

Dois (2) servidores ocupantes do cargo de Policial Rodoviário cedidos, 01 para o Ministério da Justiça e 01 para o Governo do Estado de Rondônia.

Tivemos 02 (dois) servidores ocupantes do cargo de Policial Rodoviário Federal, aposentados.

Houve registro de faltas para 1 (um) servidor ocupante do cargo de Policial Rodoviário Federal, de 4 dias.

Quanto a Acidente de Trabalho, tivemos 07 (sete) servidores ocupante do cargo de Policial Rodoviário Federal, sem vítimas fatais; 01 (um) com afastamento superior a 180 dias, 01 (um) com afastamento de 90 dias, 01 (um) com 60 dias, 01 (um) com 05 dias e 03 (três) sem afastamentos.

Duas (02) servidoras parturientes, sendo que 01 (uma) com afastamento de 180 dias e 01 (uma) com início dos 120 dias dentro do ano relatado.

Entre os ocupantes de cargos do Plano Especial do DPRF, não houve registro de acidentes em serviço.

Concessão de Abono de Permanência a 6 (seis) servidores ocupantes do cargo de Policial e 7 (sete) a servidores ocupantes de cargos pertencentes ao Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em 2013, houve 40 (quarenta) nomeações com lotação na 21ª SRPRF/RO-AC, para o cargo de Policial Rodoviário Federal, sendo 02 (dois) sub judice, referente ao Concurso de 2009.

Tal como pode ser visualizado no quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da 21ª SRPRF/RO-AC, tivemos mais ingressos que saídas na Unidade, contudo, ainda assim, o efetivo existente fica aquém do efetivo ideal para a Regional, considerando o aumento da malha viária atendida e o fluxo de veículos. Nesse dado, encontram-se incluídos os afastamentos legais, cessões, policiais envolvidos em operações nacionais, fato que diminui o efetivo real utilizado na fiscalização e demais atividades operacionais.

Computa-se também, os servidores do cargo de Policial Rodoviário Federal que laboram na atividade-meio, em virtude da Regional não ter recebido servidores do Plano Especial de Cargos do DPRF, oriundos do Concurso 2011.

Em dezembro de 2013 foi autorizado novo concurso para ingresso do Plano Especial de Cargos do DPRF, todavia tais servidores substituirão a mão de obra terceirizada, conforme o disposto no art. 1º da Portaria Interministerial MP/CGU/Nº 494, de 18/12/2009.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

ANEXO XV – Tabela XLV – Quadro A.5.2.3 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância

5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

ANEXO XVI – Tabela LXVI – Quadro A.5.2.4 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

5.2.3 Análise Crítica dos Itens 5.2.1 e 5.2.2

Dada a reduzida disponibilidade orçamentária para cobrir despesas com contratação de Empresa especializada na Segurança Patrimonial armada, houve necessidade de corte de posto de trabalho em algumas de nossas unidades no interior do Estado, qual seja: Posto Policial da 2ª. Delegacia, localizado no Município de Pimenta Bueno, Sede da 2ª. Delegacia de Polícia Rodoviária, localizada no Município de Ji-Parana, Sede da 4ª. Delegacia, localizada no Município de Vilhena, Sede da 5ª. Delegacia, localizada no Município de Rio Branco-AC, Posto Policial de Santa Cecília, localizado no Município de Rio Branco – AC, e Posto Policial de Xapuri, localizado no Município de Xapuri-AC.

A gerência da Unidade, vem buscando junto à Administração central - PRRF/MJ, alocar recursos para suprir as necessidades desta Unidade, pois à ausência da prestação de serviços nessas localidades, vem acarretando prejuízos a prestação da atividade-fim, obrigando ao Policial Rodoviário Federal deixar de exercer o mister funcional para atuar na condição de vigilante patrimonial.

Durante a execução dos contratos relacionados ao presente tópico houve a identificação de falhas do contratado no descumprimento de obrigações legais e contratuais com os seus funcionários, entretanto a contratante vem adotando medidas de controle para evitar que tais situações continuem ocorrendo.

5.2.4 Composição do Quadro de Estagiários

Tabela XLVII - Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	3	2	2	1	R\$ 10.375,00
1.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
1.2 Área Meio	3	2	2	1	R\$ 10.375,00
2. Nível Médio	17	23	22	19	R\$ 73.948,64
2.1 Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
2.2 Área Meio	17	23	22	19	R\$ 73.948,64
3. Total (1+2)	20	25	24	20	R\$ 84.323,64

Fonte: SRH

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A legislação que regula o uso de veículos oficiais do DPRF, são as seguintes:

Instrução de Serviço nº 01, de 10 de dezembro de 2008, da Coordenação Geral de Administração – DPRF. Estabelece as diretrizes relativas à gestão da frota dos veículos no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Instrução Normativa nº 07, de 08 de dezembro de 2011, da Direção-Geral - DPRF. Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.

Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A missão da Polícia Rodoviária Federal é fiscalizar diariamente as rodovias e estradas federais, zelando pela vida daqueles que utilizam a malha viária federal para exercer o direito constitucional da livre locomoção. As atribuições legais são definidas, principalmente, pelo Código de Trânsi-

to Brasileiro (fiscalização de trânsito) e pelo Decreto 1.655/95 (enfrentamento a criminalidade).

Para o cumprimento de sua missão constitucional de patrulhamento ostensivo de aproximadamente 5.000 quilômetros de rodovias e estradas federais a cargo da Unidade Regional (RO, AC, AM e MT), contando apenas com um efetivo de 210 policiais, alocados em funções gerenciais, administrativas e operacionais, em sua unidade sede (Superintendência) e em unidades locais (Delegacias e Postos).

Portanto, a viatura mostra-se como uma das principais ferramentas de trabalho do Policial Rodoviário Federal. Dada sua importância, natural que seja grande o seu impacto em toda a estrutura do DPRF, tanto do ponto de vista orçamentário, como gerencial. Isso para que esteja disponível uma frota de veículos bem conservados, com manutenção adequada, que ofereça segurança aos seus usuários.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Tabela XLVIII – Quadro Quantitativo de Viaturas

TIPO DE ATIVIDADE DE VIATURA	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
OPERACIONAL	52	ATIVA
OPERACIONAL	04	SINISTRADA
ADMINISTRATIVA	32	ATIVA
MOTOCICLETA	20	ATIVA
REBOQUE MOTO	01	ATIVA
REBOQUE GERADOR	01	ATIVA
TOTAL DE VIATURAS	110	21*SRPF/RO/AC

Fonte: Gestão de Frota

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Tabela XLIX – Quilômetros Rodados e Média Por Tipo e Média Geral

TIPO DE ATIVIDADE DE VIATURA	KM RODADOS	QTE	MÉDIA KM/VIATURA
OPERACIONAL	1.570.606	78	20.136
ADMINISTRATIVA	208.117	32	6.504
TOTAL	1.778.723	110	16.170

Fonte: Gestão de Frota

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

A média geral da frota da Unidade Jurisdicionada é relativamente nova, com média de 03 anos de uso.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Tabela L – Despesas Com Manutenção Frota

CUSTOS OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO DESPESA	VALOR EM R\$ POR ANO		
	2011	2012	2013
Manutenção Preventiva, Corretiva e Revisões em Garantia	R\$ 316.758,23	R\$ 339.538,16	529.243,97
Combustível	R\$ 595.300,26	R\$ 561.103,60	722.423,29
Licenciamento, Seguro Obrigatório, Taxas, et	R\$ 20.941,76	R\$ 23.917,70	29.831,53
TOTAL GERAL DO CUSTOS	R\$ 933.000,25	R\$ 924.559,46	1.281.498,79
KM RODADOS	1.669.507	1.535.052	1.778.723
CUSTO KM RODADO/média	R\$ 0,56	R\$ 0,60	R\$ 0,72

g) Plano de substituição da frota e h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A depreciação dos veículos policiais impõe à Administração a necessidade de substituição mínima contínua da frota a cada período anual, sob risco de que sejam incrementados os dispêndios com o sistema de manutenção corretiva, ocasionando mais ônus ao erário.

Sobre isto, a Divisão de Patrimônio e Material (DIPAM), em conjunto com os gestores nacionais, lançou o compêndio “Consolidação de Critérios Técnicos”, que versa sobre aquisição e distribuição de materiais e contratação de serviços, onde é definida uma vida útil de até 04 (quatro) anos para as viaturas operacionais, devendo haver ressuprimento ao fim desse prazo.

Esses parâmetros resultam num percentual de reposição anual estimando em 20% da frota. A renovação periódica dos veículos promove a redução de custos com manutenção da frota, em que os veículos operacionais percorrem aproximadamente 75.000 km por ano. Isto ocasiona desgaste prematuro da frota em um curto período de tempo e acelera a depreciação do bem se comparado à maioria dos veículos.

Diante da necessidade operacional de manter os veículos em pronto atendimento das ocorrências e não interromper os serviços prestados à sociedade, existe a preocupação da reposição da frota de veículos com aquisições anuais, com objetivo de não interromper as atividades rotineiras e reduzir os custos com manutenção de veículos.

Cabe ainda salientar que desde 2005, a Polícia Rodoviária Federal realizou um total de 59 leilões, com 3.430 veículos antieconômicos e impróprios para utilização, uma média de 428 veículos leiloados por ano, resultando em uma arrecadação total de R\$32.309.789,61, conforme informações da Comissão Nacional de Leilão.

Por isso, a aquisição de novos veículos policiais é fundamental para uma constante renovação da frota, tendo como prioridade o desfazimento de veículos oficiais em péssimas condições e com idade avançada. Esta medida administrativa possibilita que os veículos com quilometragem excessiva e que necessitam de grandes custos de manutenção sejam trocados por novos a fim de não prejudicar o policiamento ostensivo nas rodovias federais. Portanto, o processo de aquisição de veículos novos faz parte da constante renovação da frota de veículos e reposição dos veículos leiloados. Assim a aquisição de veículos próprios tem se mostrado mais vantajoso para a Administra-

ção.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Como instrumentos de controle os gestores da frota da PRF, contam hoje com o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, entre as suas funcionalidades há o módulo Transportes, de onde se realiza a gestão/controle da frota de veículos - SISCONF- Sistema de Controle de Frota : Gerenciamento das manutenções corretiva e preventivas, substituição de peças e acessórios, troca de óleo e filtros, lavagens, taxa de Detran. O sistema permite o controle dos abastecimentos, manutenções, deslocamentos dos veículos, licenciamento, multas e relatórios gerenciais. Importante destacar que o Sistema se encontra em fase de implantação, tendo atingido um percentual aproximado de 40% concluído. Utiliza-se ainda, o sistema da empresa de abastecimento, como forma de controle e gerenciamento das operações de consumo de combustíveis.

A unidade possui sistema (interno) de controle de custos da frota do tipo individual com identificação de todos os gastos, grupo de despesas, km rodados mensal e anual, média de consumo mensal e anual e ao fim, custo anual por veículo, custo anual de cada um dos elementos de despesas, etc.

Ainda, como controles internos e de acompanhamento da frota adotamos:

a) Uso de Partes Diárias do Motorista: registra o controle de saída e chegada das viaturas e observações que motiva as manutenções corretivas e preventivas nas viaturas.

b) Ocorrência diversa da viatura: informações especiais que os servidores informam ao superintendente casos tipo sinistros de viaturas ou situações ocorridas em deslocamentos de viagens etc.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Tabela LI – Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF/RONDÔNIA	10	10
	PORTO VELHO BR 364, KM 760	01	01
	JI-PARANÁ BR364 KM352	01	01
	ARIQUEMES BR364 KM520	01	01
	PIMENTA BUENO BR 364 KM 208	01	01
	VILHENA BR364 KM 001	01	01
	JARU BR364 KM 432	01	01
	SEDE 1ª DEL BR364 KM 698	01	01
	PVH/SEDE	01	01
	ITAPUÃ DO OESTE BR 364 KM 600	01	01
	PVH-ESTRADA AREIA BRANCA BR364	01	01
	UF/ACRE		
	SANTA CECÍLIA BR364, KM 115	01	01
	Subtotal Exterior	00	00
Total (Brasil + Exterior)	11	11	

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

ANEXO XVII - Tabela LII – Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

6.2.3 Análise Crítica

Os imóveis da Unidade Jurisdicionada encontram-se regulares perante os órgãos competentes, estando pendente de avaliação periódica na forma regulamentar. Encontra-se em fase de tramitação a regularização de imóvel onde será edificada a futura sede da Unidade da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Acre.

A unidade não é contemplada com imóveis funcionais e bem como, não se utiliza de imóveis locados de terceiros conforme registro de não ocorrência contido na introdução ao presente feito.

Os valores utilizados para manutenção das unidades não foram suficientes para atendimento das necessidades, entretanto, encontra-se em andamento, a execução por empresa especializada de levantamento das instalações prediais de delegacias e postos, com vistas a futuras adequações, ampliações e reformas, o que deverá ocorrer no exercício de 2014.

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Tabela LIII - Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.

4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(1)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	

7.1.1

Análise Crítica

Conforme a estrutura organizacional da PRF e as atribuições definidas em seu regimento interno (Portaria MJ nº 1375/2007), a área desta Unidade Jurisdicionada que afeta à Gestão da Tecnologia da Informação é o Núcleo de Telemática – NUTEL, que planeja, coordena e

executa, no âmbito da unidade regional, atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização – CGPLAM.

Dessa forma, diversos quesitos relativos a Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada não são executados diretamente pela unidade desconcentrada, visto que as estratégias, diretrizes, políticas e regras relativas à gestão e ao uso da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC são definidas, aprovadas e publicadas em âmbito nacional pelo DPRF, através da estrutura da CGPLAM.

De fato, a atuação da gerência de TIC no âmbito regional está voltada à manutenção da infraestrutura de TIC; suporte técnico aos usuários; gestão dos recursos de TIC; implantação de projetos e soluções técnicas; estudos e pesquisas voltados a melhoria e modernização dos serviços; levantamento de informações e demandas para subsidiar o planejamento de TIC da Polícia Rodoviária Federal. Obviamente, a execução de tais responsabilidades se desdobram em várias outras atribuições e atividades.

Na prática, a equipe de trabalho do NUTEL, além da atuação descrita no parágrafo anterior, ainda participa de diversas ações e projetos em âmbito nacional, ocorrendo constantes convocações de servidores desta unidade desconcentrada para trabalharem dedicados a essas demandas. Destacamos, nesse sentido, a participação no Projeto Landell, que trata da modernização do sistema de radiocomunicação da PRF com previsão de início nesta regional no 2º semestre deste ano; participação no desenvolvimento e implantação de sistemas de informação; participação no desenvolvimento através de servidor deste NUTEL do projeto de implantação de Tablets embarcados em viatura com conectividade satelital banda L, a mais avançada atualmente no mundo; colaboração na elaboração de plano de ação da CGPLAM e guia de boas práticas em TIC. Participação de 04 (quatro) servidores vinculados a esta superintendência do projeto de mobilização para infraestrutura em radiocomunicação das cidades-sede da copa do mundo à iniciar-se em 10 de maio do presente ano. Enfim, devido a uma carência de servidores na área, há a necessidade de emprendermos esforços para garantir um serviço prestado com qualidade.

O grande desafio que se apresenta para realizar uma boa gestão de TIC, diz respeito a formar e manter uma equipe de trabalho, com integrantes que possuam conhecimento, capacidade e competências técnicas, capaz de suprir todos os campos de atuação que envolvem a informática, telefonia e radiocomunicação. Um dos principais obstáculos percebidos é a ausência de um quadro de cargos especializados, na estrutura da Polícia Rodoviária Federal, que permitiriam a seleção e contratação de servidores públicos, profissionais com atribuições específicas para executar tais atividades. Apesar de existirem, na estrutura atual, profissionais com ótima qualificação; é notório que o fato desses servidores públicos terem sido contratados e formados para exercer as atribuições do cargo de Policial Rodoviário Federal, em diversos momentos dificulta a manutenção desses profissionais dedicados às atividades técnicas, bem como a seleção de novos talentos dispostos a compor as equipes de trabalho de TIC.

De acordo com o contexto apresentado, as respostas no Quadro A.7.1 seguiram o seguinte critério:

- Item 1 “Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:” - as respostas referem-se às ações da unidade central, das quais a unidade regional tomou conhecimento;

- Item 2 “Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:” - foram consideradas as diretrizes do PDTI 2013/2014, que vincula todas as unidades da PRF, além dos relatórios de indicadores de desempenho aplicados regionalmente e do uso do Sistema de Informações Gerenciais – SISGER, na tomada de decisões;
- Item 3 “Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:” - esclarecendo que toda a estrutura de sistemas de informação e armazenamento de dados é mantida no datacenter nacional, sendo que apenas arquivos digitais e banco de dados dos serviços de TIC regional são mantidos pela UJ, sendo que não houve auditorias na regional e não temos informações quanto a execução de tais ações na unidade central;
- Item 4 “Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:” - o PDTI da PRF é estabelecido pela unidade central, vinculando as unidades desconcentradas, dessa forma, as informações prestadas referem-se às ações da unidade central;
- Item 5 “Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:” - todas as questões são afetas ao órgão de maneira global;
- Item 6 “Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:” - há um conjunto de normas afetas a segurança da informação no âmbito do DPRF, entretanto não foi possível associá-las as questões apresentadas;
- Item 7 “Em relação às contratações de serviços de TI:” - respostas referentes aos contratos da UJ, esclarecendo que não há contratação para desenvolvimento de sistemas na regional;
- Item 8 “Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão”, a mesma foi elaborada e publicada pela unidade central, acessível em <http://www.dprf.gov.br/extranet/portalst/CartaServicosDPRF.pdf>;
- Item 9 “Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?” - levantamento baseado nos serviços apresentados na Carta de Serviços ao Cidadão e na forma de solicitação.

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A preocupação com o meio ambiente remonta a décadas, entretanto, o assunto somente passou a ser tratado em nível governamental na Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 na Suécia.

Como marco nacional nessa árdua tarefa para o debate ambiental foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Conhecido como ECO-92 ou RIO -92 resultou em tratativas e execução de projetos governamentais visando a redução dos impactos ambientais com o avanço tecnológico e comercial.

Afora inúmeras ações isoladas ou compartmentadas, com o advento e vigência da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, estabeleceu-se marco de sustentabilidade nas ações do poder executivo federal.

A noção de sustentabilidade é baseada na necessidade de garantir a disponibilidade dos recursos para a população presente e futura por meio de uma gestão que contemple a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado de nossas sociedades.

O governo federal, como indutor de mudanças para o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento, compatível com as atuais reservas naturais, regulamentou a utilização de critérios sustentáveis na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelos órgãos do governo federal. As regras que abrangem os processos de extração ou fabricação, utilização e o descarte de produtos e matérias-primas constam da respectiva regulamentação.

As obras públicas serão elaboradas visando a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo e reúso de - energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental – tais como o emprego de materiais reciclados, reutilizáveis, atóxicos e biodegradáveis e que reduzam a necessidade de manutenção, além de uso de energias alternativas (eólica, solar, etc). Ainda, todos os resíduos decorrentes da produção de bens, obras e serviços devem ter destinação sustentável

Energia Elétrica – Antes da grande crise no setor energético em meados de 2001, o governo federal já havia estruturado em 1997 o Programa PROCEL, onde direcionava as ações governamentais na redução do consumo de energia elétrica e o seu uso racional. Para tanto instituiu a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, estabelecendo estratégias unificadas para atingir o objetivo de promover ações de eficiência energética para prédios públicos tendo como sustentáculos o binômio eficiência energética x adequação das instalações públicas.

Em 2001, esta unidade jurisdicionada adotou as medidas estabelecidas no programa PROCEL de redução do consumo de energia elétrica. As ações, embora incipientes eram voltadas à conscientização dos servidores no uso racional da energia elétrica através de palestras, afixação de adesivos e outros cartazes incentivando medidas simples, mas eficazes na redução do consumo de energia elétrica (Ao sair desligue luzes, computadores, ar-condicionado, etc). Em momento posterior houve a substituição de equipamentos de baixa eficiência energética e adquiridos

equipamentos dimensionados ao ambiente e ao clima tropical.

Água – No pertinente à redução do consumo de água, sempre houve preocupação quanto ao uso racional considerando a precária estrutura de serviço público de saneamento básico na região norte do país. Além de políticas de conscientização, houve substituição de vasos sanitários, válvulas defeituosas e reparação dos depósitos – caixas d'água.

Papel – As políticas de reaproveitamento de material descartado pelo poder público não apresenta resultado positivo. Não há interesse dos coletores em virtude do baixo preço de revenda desse tipo de material, considerando a inexistências de usinas de reciclagem de papel, plástico, vidros e outros resíduos em nossa região. Entretanto, a unidade jurisdicionada vem adotando soluções para o descarte sustentável de tais resíduos através dos contratos vigentes.

Em linhas gerais as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada vem obedecendo as disposições contidas na IN 001/2010-MPOG, inclusive na contratação de empresa para execução de obra para a instalação da nova sede da Superintendência, onde todos os requisitos estabelecidos na referida normatização foram observados.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Tabela LIV – Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X			
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
A unidade, durante sua gestão, firmou parceria com Consultoria Jurídica da União – CJU/RO, na busca de auxílio para confecção de seus Termos de Referência/Projetos Básicos, visando à adequação voltada inserir cláusulas que impactassem diretamente na questão da sustentabilidade do meio ambiente.					
Mesmo com as adequações implementadas, pouco efeito foi verificado.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			

<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>	X				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? É determinação da gerência da Unidade, para quando da aquisição de torneiras e lâmpadas a serem utilizadas na Sede da Regional, como nos Postos e Delegacias desta Unidade, à administração busque inserir nos seus termos de referência, especificações detalhadas que visem adquirir esses produtos que venham a diminuir o consumo de energia e água. Caso este, que vem impactando na redução nas contas de energia elétrica e água</p>					X
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Em específico o papel reciclado, produto de característica diferenciada, o que faz o seu custo diminuir consideravelmente. Entretanto, a utilização desse papel muita das vezes não traduz, dependendo da impressora, uma visualização nítida do texto que é impresso.</p>					X
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>	X				
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>		X			
<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.</p>	X				
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>			X		
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>	X				
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>		X			
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p>					

- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Tabela LV – Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados
REDUÇÃO CONSUMO ENERGIA ELÉTRICA		
<p>PROCEL - O Decreto Federal 3330, de 06 de janeiro de 2000, determinava uma redução de 20%, até dezembro de 2002, no consumo de energia elétrica para fins de iluminação, refrigeração e arquitetura ambiental em órgãos da administração pública direta, fundações, empresas e sociedades de economia mista, controladas diretas ou indiretamente pela União, sendo o PROCEL o responsável pelo acompanhamento e supervisão técnica, e a ANEEL pela regulamentação dos procedimentos necessários à operacionalização.</p> <p>O Decreto Federal 4131, de 14 de fevereiro de 2002, determina que os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão observar meta de consumo de energia elétrica correspondente a 82,5% da média do consumo mensal, tendo como referência o mesmo mês do ano 2000, a partir de fevereiro de 2002. Determina que os órgãos e entidades da administração pública federal deverão diagnosticar o grau de eficiência energética sobre sua administração com vistas à identificação de soluções e à elaboração de projetos de redução de consumo. Determina também que na aquisição de equipamentos ou contratação de obras e serviços deverão ser adotadas especificações que atendam aos requisitos inerentes à eficiência energética.</p>	2001	Tendo seu início no exercício de 2001, em vigência sua aplicação até o presente. Gerenciado pela Seção Administrativa e Corregedoria Regional, quais direcionaram um trabalho voltado a conscientização dos servidores da Sede da Regional, Postos e Delegacia da Unidade, da importância de se economizar energia no ambiente de trabalho, utilizando-se de palestras, distribuição de avisos e fixação de adesivos nas portas das Salas. Outra medida adotada pela Unidade, foi a substituição de todas as lâmpadas incandescente e fluorescente pelas fabricadas atualmente, mais econômicas, como também a trocar de 98% (noventa e oito por cento) dos aparelhos de ar condicionados de janelas pelo modelo split, que reduziram em torno de 40% (quarenta por cento) o consumo de energia da Unidade
REDUÇÃO CONSUMO ÁGUA	2008	Redução significativa no consumo e no custo de manutenção das despesas com serviços públicos de água e esgoto.
CONSUMO PAPEL	2008	Redução gradual do uso de papel tipo branco e substituição pelo reciclado. Adoção de arquivos eletrônicos em substituição as impressões
Recurso Consumido	Quantidade	Valor

	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	500	970	150	R\$ 4.972,00	R\$ 10.233,50	R\$ 1.725,00
Água (m³)	2.024	2.807	4.846	R\$ 13.320,00	R\$ 23.496,04	R\$ 63.009,60
Energia Elétrica (Kwh)	563.033	521.389	488.388	R\$ 256.469,79	R\$ 237.500,19	R\$ 222.445,16
			Total			

Fonte: NUOFI/NUPAT

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

O fortalecimento da gestão administrativa consiste em fornecer julgamentos imparciais, com independência e objetividade, no intuito de agregar valor aos processos de trabalho, contribuindo para o cumprimento das metas previstas, a execução dos programas de governo e do orçamento anual da Instituição, a comprovação da aderência aos normativos internos e a avaliação dos resultados, consubstanciados em indicadores de desempenho quanto à economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade da gestão, relativamente às variáveis: tempo, custo, quantidade, qualidade, acesso, etc.

A racionalização das ações de auditoria interna objetiva eliminar atividades de controle antieconômicas, em desproporção com o dano que se desejaria supostamente apurar e ressarcir, bem como gerar novas atividades que preencham lacunas por meio de pauta de ações articuladas. Essa racionalização visa aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos, e materiais disponíveis na Unidade de Auditoria Interna.

O exercício da auditoria interna terá foco administrativo, gestão de pessoas e materiais, orçamentário, contábil, financeiro e programas para atingir as finalidades regimentais.

Nesse contexto gerencial/administrativo, a Unidade Jurisdicionada não dispõe em sua estrutura orgânica ou funcional na exata semântica do termo – auditoria interna -, entretanto, a unidade jurisdicionada vem ao longo da última década adotando metodologia de capacitação dos servidores na seara administrativa e operacional, focando as ações administrativas em observâncias aos ditames constitucionais, legais e normativos.

Com a segregação de funções e a doutrinação quanto aos princípios basilares a qualquer instituição pública, para o exercício da função administrativa os servidores, qualquer que seja o nível de atuação, possuem conhecimento suficientes a ensejar a adoção de controles mínimos em similitude a uma auditoria interna, entretanto de forma difusa, o que reflete a melhoria da gestão institucional.

9.1 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Tabela LVI – Quadro A.9.1.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
21ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal / RO-AC					2830
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-018.760/2009-0	Acórdão 1285/2010-TCU- PLENÁRIO	9.1(Ac 1285)	DE	E-mail nº 173/2010-AECI/MJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
21ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal / RO-AC					2830
Descrição da Deliberação					
<p>Item 9.1 do Acórdão 1.285/2010-TCU-Plenário</p> <p>9.1. reiterar a determinação presente no subitem 9.3 do Acórdão 2.521/2005 - 1ª Câmara, no sentido de determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que, quando do exame das próximas contas da 21ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal/RO - MJ, verifique o cumprimento das determinações constantes dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 2.521/2005 - 1ª Câmara, e</p> <p>9.2. arquivar o presente processo nos termos do art. 169, inciso IV do RI/TCU</p> <p>Item 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 2.521/2005 - 1ª Câmara</p> <p>"9.2.1. promova, se ainda não o fez, a alteração da forma de cálculo dos adicionais de insalubridade e de periculosidade de forma a incidirem somente sobre o vencimento básico do cargo efetivo, promovendo o ressarcimento das quantias indevidamente pagas, com fundamento nos arts. 46 e 47 da Lei 8.112/90;</p> <p>9.2.2. realize levantamento, abrangendo os exercícios de 1998 a 2005, com vistas a identificar os servidores lotados na sede do órgão que fazem, ou faziam, jus ao adicional de insalubridade, conforme os requisitos estabelecidos no art. 68, caput, da Lei 8.112/90, promovendo a suspensão dos pagamentos nos casos enquadrados no art. 68, § 2º, da referida lei e no art. 3º do Decreto 97.458/89, bem como o ressarcimento das quantias indevidamente pagas, com fundamento nos arts. 46 e 47 da Lei 8.112/90;"</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Seção de Recursos Humanos - SRH					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Designação via Portaria nº 172, de 11 de novembro de 2010, de comissão de levantamento dos valores pagos aos servidores, referentes aos adicionais de insalubridade ou periculosidade, com prazo para conclusão, prorrogado até 31 de março de 2011. A comissão até a presente data realizou o levantamento de aproximadamente 90% dos dados necessários, com a identificação do servidor(nome, matrícula, CPF, valor devido, valor pago e diferença a ser restituída ao erário, relativo aos pagamentos ocorridos entre janeiro/1997 e dezembro/2006.</p> <p>Identificação parcial dos valores de maioria dos atingidos pelo acórdão. Com os resultados, os servidores serão notificados para os fins determinados no acórdão. – Em 2011 a unidade notificou a todos os servidores atingidos pela medida, os quais ingressaram com recurso administrativo arguindo a ausência de autorização legal para o desconto em folha, a ocorrência de prescrição e que o recebimento foi de boa fê.</p> <p>Em 2012, em face a contranotificação dos servidores em não autorizar o desconto em folha e não havendo amparo legal para o desconto ao arrepio de autorização ou decisão judicial, decidiu-se pela remessa do feito para que a Advocacia-Geral da União em assim entendendo, proceda a ação respectiva para ressarcimento na forma do acórdão.</p>					

Tratando-se de atuação subsidiária, os autos do processo nº 04500000132/2003-11, apenso aos feitos nºs. 08671002907/2005-35, 08671002486/2008-95 e 086500007040/2005-52 foram remetidos à Coordenação de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, estando, conforme consulta ao sistema de protocolo, em uma das unidades da referida coordenação.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O feito sofreu suspensão da determinação em virtude de decisão judicial, que determinou que após o levantamento dos valores, fosse concedido contraditório e ampla defesa ao servidores atingidos pela decisão. Em momento posterior o feito foi remetido a AGU para análise quanto a aplicabilidade ou não da súmula 34 AGU, ocasionando o retorno dos feitos respectivos somente no mês de setembro/2010 .

O feito foi instruído com os valores individuais, notificações, contranotificações e agora necessita de intervenção da Advocacia-geral da União para propositura da ação cabível, eis que na forma da Lei 8.112/90, o ressarcimento somente poderá ocorrer com desconto em folha, desde que: a) Autorizado pelo Servidor, b) Por Decisão Judicial. No caso presente, ausente ambas as possibilidades, não restou outra decisão de que a de não realizar desconto em folha em desconformidade com a previsão legal e para neste momento, remeter o feito a AGU, para proposição da ação cabível visando o cumprimento da decisão do órgão de controle. TCU.

Tratando-se de propositura de ação judicial visando o ressarcimento de valores realizados em virtude de incorreta interpretação de lei ou ato normativo ou regulamentar, a competência para tal proceder refoge a esta Unidade Jurisdicionada e não alcance do gestor, o qual adotou todos os procedimentos cabíveis à espécie.

Fonte: Relatório Gestão 2012

9.2 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Tabela LVII – Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	250		
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Não cumpriram a obrigação			
	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: SRH

9.2.1.1 Análise Crítica

Em observância ao contido na Lei nº 8.429/1992, para o ingresso de servidor, assunção de cargo comissionado/função gratificada, há exigência de apresentação prévia de declaração de bens e valores.

Além da obrigação inicial, há determinação legal para que a declaração de bens e valores seja entregue anualmente a área de Gestão de Pessoas. O prazo de entrega anual é até 15 de maio.

As informações contidas nas declarações entregues são protegidas pelo sigilo, cabendo aos servidores que dela se utilizem, inclusive os agentes dos órgãos de controle interno ou externo, a preservação das informações e caso inobservadas, estão sujeitos a sanções civil, criminais e administrativas.

Os documentos respectivos são juntados em pasta individual do servidor, arquivadas e mantidas em sala de gestão de pessoal, ficando o resguardo das informações sobre a proteção do(s) servidores lotados na área respectiva.

Visando o resguardo das informações de bens e valores, poderá o servidor autorizar o

acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, situação que lhe dispensará de apresentar anualmente via de declaração de bens e valores. Essa autorização pode ser suspensa a qualquer momento, bastando o pedido e a entrega física da respectiva declaração.

Na Unidade Jurisdicionada, não há registro de pendência de entrega de tais declarações conforme consta do quadro lançado no item anterior.

9.3 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

A unidade adota todas as medidas necessárias a apuração de danos ao erário e a respectiva reparação.

Uma vez exauridas as medidas administrativas internas voltadas para o ressarcimento do dano suportado, a autoridade competente promoverá a instauração de expediente próprio para processamento da Tomada de Contas Especial, atentando-se para o contido nos arts. 5º, 6º e 7º da IN-TCU nº 71/2012, o que configura uma medida de exceção.

Tomada de Contas Especial configura um mecanismo franqueado à Administração Pública que possibilita o ressarcimento de eventuais prejuízos que lhe foram causados.

Compulsando os normativos acima epigrafados, constata-se que qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos pelos quais responda o Estado ou que, em nome dele, assumam obrigações de natureza pecuniária poderá figurar no polo passivo da TCE, além daqueles que, apesar de não atenderem a estas condições, agirem como coautores de servidor público.

Por oportuno, informamos que a Instrução Normativa – CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009, criou um instrumento que possibilita a realização de apurações simplificadas. O Termo Circunstanciado Administrativo – TCA é aplicável como alternativa para apuração disciplinar em casos de dano ou extravio de bem público de pequeno valor, que atualmente é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) (Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666).

Feitas estas considerações iniciais, cumpre registrarmos que durante o exercício 2013, houve a instauração de processo visando a apuração de extravio de armamento, colete balístico e outros, entretanto não houve conclusão no exercício em apuração.

9.4 Alimentação SIASG e SICONV

Tabela LVIII - Quadro A.9.6 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, MARCELO FERNANDES DE MELO, CPF nº 161.677.912-87, Chefe da Seção Administrativa e Financeira, exercido na Vigésima Primeira Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/RO-AC – 21ª SR/PRF/RO-AC, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Velho, 27 de março de 2014.

MARCELO FERNANDES DE MELO

161.677.912-87

SAF/21ªSRPRF/RO-AC

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Cumprindo o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, desde 2012 o DPRF hospedou em seu sítio www.dprf.gov.br, link de acesso a INFORMAÇÕES, disponibilizando aos usuários em geral, as informações relativas aos atos de gestão financeira e de pessoal da instituição, preservando apenas aquelas informações sigilosas, assim classificadas na forma da mesma lei que instituiu o acesso a informação.

Em cumprimento aos regulamentos ministeriais, a Polícia Rodoviária Federal, instituiu e estruturou-se como rede integrante do Serviço de Informação ao Cidadão – Rede SIC. O funcionamento do serviço de informação está regulado pela Instrução Normativa nº 12-DG/PRF/MJ, de 22 de novembro de 2012.

Em âmbito regional foi designado através da Portaria nº 139, de 24 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 42, de 21 a 25 de outubro de 2013 servidores para integrarem Equipe de Interlocutores do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) para o exercício das competências previstas no art. 8º da IN 12-DG/PRF/MJ, de 22 de novembro de 2012.

A Polícia Rodoviária Federal editou e publicou a [Instrução Normativa nº 15, de 21 de maio de 2013, instituindo](#) Ouvidoria hospedada no mesmo sítio apresentado anteriormente, qual seja, www.dprf.gov.br.

O usuário, ao acessar o link da OUVIDORIA, obterá nova página com informações diversas por tema, as quais possuem informações próprias conforme for o assunto a ser demandado, nos seguintes termos:

> Ouvidoria [PÁGINA INICIAL](#)

Fonte: ..

SUGESTÃO [Formulário de sugestões, elogios, informações e reclamações.](#)

DENÚNCIA [Sua denúncia será recebida pela Corregedoria-Geral com total sigilo e será devidamente investigada mediante os instrumentos próprios.](#)

CONCURSOS [Contato para informações relativas aos concursos públicos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.](#)

MULTAS [Espaço para comunicação com a Divisão de Multas e Penalidades do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.](#)

BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO (BAT) [Dúvidas sobre o BAT emitido pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.](#)

[RETORNAR](#) | [TOPO](#)

Na forma regulamentar, conforme o assunto registrado pelo usuário do sistema, a ouvidoria encaminhará o registro para a área competente, a qual, nos prazos fixados, instruirá o feito ou prestará por email a informação solicitada.

Tratando-se de assunto afeto a área correicional ou disciplinar, o encaminhamento obedecerá também as competências funcionais.

A Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, publicada no DOU nº 150, de 6 de agosto de 2007, do excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, sendo que em assuntos disciplinares, há duas estruturas regimentais: Uma Central: Corregedoria-Geral e outra regional, localizada em cada uma das Unidades Desconcentradas da Polícia Rodoviária Federal, nos seguintes termos:

CAPÍTULO III - COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

(...).

Art. 10. À Corregedoria-Geral compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Departamento, assim como dos procedimentos relativos à correição e à disciplina, propondo a

adoção de medidas corretivas;

II - cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente, bem como acompanhar e avaliar os trabalhos das Unidades Regionais na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente;

III - analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares a serem remetidos à área competente do Ministério da Justiça;

IV - planejar, supervisionar, controlar, executar e avaliar investigações e diligências necessárias à instauração ou instrução de procedimentos disciplinares, bem como os planos e programas de inspeção e demais atividades correcionais;

V - manter articulação com a área correspondente das Unidades Desconcentradas, com a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, com o Ministério Público e demais órgãos e entidades;

VI - analisar questões disciplinares, requisitando servidores, informações, processos e documentação pertinente; e

VII - promover a proteção de servidores em atividades pertinentes à área correcional.

(...).

Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correcionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correcional da Unidade Regional;

VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correcionais de servidores da Superintendência;

VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - elaborar estatísticas de interesse da área correcional e relatórios de gestão;

XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correcionais;

XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - auxiliar na gestão do orçamento correcional;

XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e

XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da

Corregedoria Regional;
IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;
V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e
VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática”.

Todas as reclamações/denúncias formais ou apócrifas recebidas dos cidadãos ou mesmo de outras fontes (autoridades) são autuadas.

Constando autoria e materialidade definidas e configurando, em tese, infringência administrativo disciplinar, a depender de sua repercussão, será instaurado procedimento apropriado a tanto, portanto, Sindicância Administrativa Disciplinar – SAD ou Processo Administrativo Disciplinar – PAD, sendo que de seu resultado (arquivamento ou penalidade) será o denunciante/representante intimado; destacando, para tanto, que à exceção de instrução preliminar, todos os demais procedimentos correicionais (procedimentos inquisitoriais e autônomos) são instaurados por ato portarial de competência funcional do Senhor Superintendente Regional.

À míngua de autoria e materialidade, será instaurada instrução preliminar, entretanto, em não sendo possível apontar autoria ou materialidade, referido procedimento administrativo será arquivado, do qual será dado conhecimento ao cidadão ou autoridade denunciante/representante.

A Divisão de Corregedoria – DICOR, nas reuniões anuais de Corregedoria, reserva determinado tempo para discussões de casos práticos e suas possíveis repercussões disciplinares, bem como a Corregedoria Geral está na iminência de criar um grupo de altos estudos para o aperfeiçoamento correicional da Polícia Rodoviária Federal, tomando em consideração a demanda que lhe é afeta e tendo como referência os entendimentos adotados pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, pela Controladoria-Geral da União, Advocacia-Geral da União, recomendações do Ministério Público Federal, acórdãos do Tribunal de Contas da União, súmulas vinculantes e decisões do Poder Judiciário Federal e ainda com supedâneo na doutrina pátria e comparada, que cuidam e abordam o Direito Administrativo Disciplinar.

A Ouvidoria da Polícia Rodoviária Federal não conta com teleatendimento, mas tão-somente pelo sítio ora citado.

Os mecanismos de inter-relação por meio digital com os usuários são centralizados na sede da Polícia Rodoviária Federal, não permitindo a esta Unidade Jurisdicionada mensurar níveis de satisfação desses usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

Por fim, não há ferramentas capazes de demonstrar os resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

Dealbando, mesmo que ausente mecanismo de mensuração ou instrumentos de pesquisas de satisfação junto aos usuários dos serviços disponibilizados por esta Unidade

Jurisditionada, é de conhecimento público que a presença da Polícia Rodoviária Federal, em quaisquer situações, representa **sensação de segurança**.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Durante longo período o controle dos atos administrativos ficava exclusivamente ao alcance dos órgãos legal e formalmente constituídos, afastando dessa dinâmica, a participação social. Com o advento da Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012), passando tais normativos a constituírem valorosos instrumentos de controle social.

A transparência das informações sobre dados públicos exige a melhoria da qualidade dos elementos ofertados pela contabilidade pública. Esta, por sua vez, vem evoluindo rapidamente, no mesmo compasso do anseio social.

Embora a informação contábil de dados públicos não seja recente, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público remonta ao século passado, sempre estruturada nas disposições da Lei 4.320/1964 e no regramento maior (Constituição da República) e ao longo do tempo, vem consolidando a padronização das informações, permitindo a verificação de veracidade e fidedignidade dos dados públicos a qualquer interessado, mas com enfoque central a figura do orçamento público.

Com a edição da NBC T 16.1 a contabilidade aplicada ao setor público – CASP migrou suas ações em controles secundários e específico de controle do patrimônio público, sem se descuidar é claro, do orçamento público, sua base precípua. Com referida normativa de consolidação, implicou na melhoria do registro, da escrituração e do controle do patrimônio público.

Assim, os órgãos ou entidades públicas devem demonstrar em suas informações contábeis o valor real dos bens sob sua administração (imóveis, móveis, intangíveis, etc), aplicando-se os institutos da depreciação, exaustão e amortização, bem assim aqueles relativos à mensuração (NBC T 16.9) e avaliação de ativos (NBC T 16.10).

O adequado controle dos ativos imobilizados envolve o lançamento de parcelas redutoras de seu valor de aquisição em função de seu desgaste natural pelo tempo, uso ou

obsolescência. Tais situações implicam em variação patrimonial diminutiva caracterizadoras do instituto da depreciação, amortização e exaustão.

A amortização é a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

A depreciação constitui redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. Os prazos de depreciação de bens públicos foram recentemente regulamentados, os quais, dada a simetria com a contabilidade geral, necessita de alguns ajustes.

Exaustão é a redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis.

Assim, os bens e direitos públicos, em similitude com os bens particulares, podem sofrer constantes variações patrimoniais, caso a caso, e devem ser periodicamente reavaliados para que os registros contábeis possam refletir o valor de mercado de tais bens. Nesse sentido, a NBC T 16.10 estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do acervo público.

O sistema de controle patrimonial pela Unidade Jurisdicionada é o adotado pela Administração Central da Polícia Rodoviária Federal, que até outubro de 2013, era denominado de sistema ASI, o qual não dispunha de ferramenta de cálculo da depreciação, do registro contábil das avaliações e nem mesmo a reduções a valor recuperável dos bens móveis.

O referido sistema de controle além de não possuir essa ferramenta de atualização contábil, não possuía ligação com o sistema SIAFI, de tal forma que mesmo realizando manualmente a reavaliação, não haveria correspondência com o sistema SIAFI. Entretanto, em novembro de 2013 o DPRF migrou o sistema de controle patrimonial para o módulo do SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos, que possui funcionalidades que possibilitam o cálculo da depreciação e registros das atualizações contábeis.

Com essa nova ferramenta, após os ajustes necessários, as regionais também adotarão tal instrumento de controle patrimonial e ao mesmo tempo, integrado ao sistema SIAFI ou outros que venham alterá-lo ou substituí-lo, o que está programado para o exercício de 2014.

Mesmo ausente instrumentos hábeis a adotar o que contido nas normas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, não houve impactos significativos na gestão da unidade e na prestação da atividade-fim institucional.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração com Ressalva

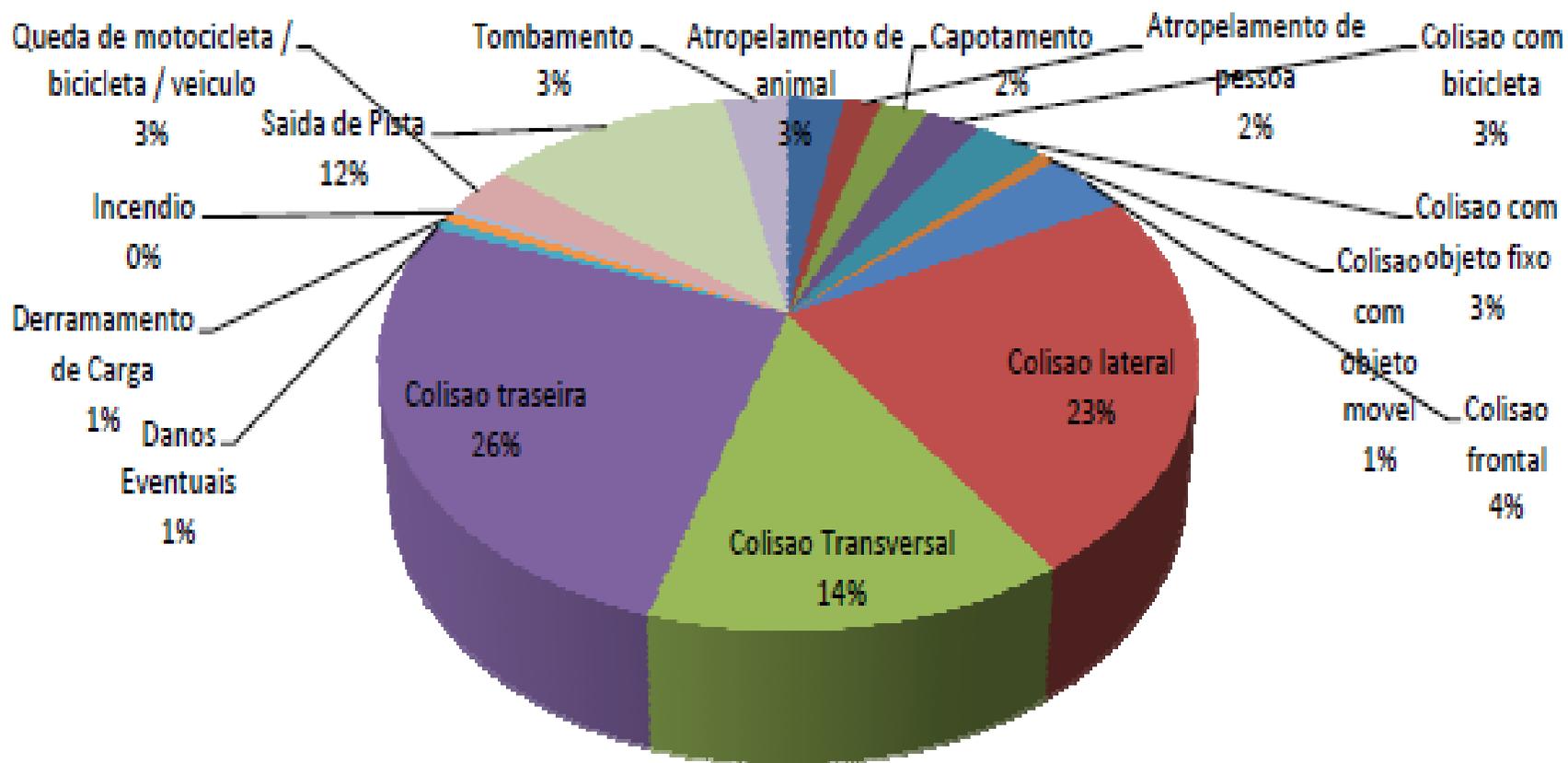
Tabela LIX – Quadro A.11.2.2 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Não Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Vigésima Primeira Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - 21ª SR/PRF/RO-AC			200131
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) 603 – SALDO CONTÁBIL DO ALMOXARIFADO NÃO CONFERECE C/RMA; b) 634 – FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS; c) 640 – SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/ RMB; d) 642 – FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO; e) 674 – SALDO A LONGADO INDEVIDO CONTAS TRANSIT. PASSIVO CIRCULANTE.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e 2. A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	22 de janeiro de 2014
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC nº	DF – 9.261/O-7

ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

ANEXO I

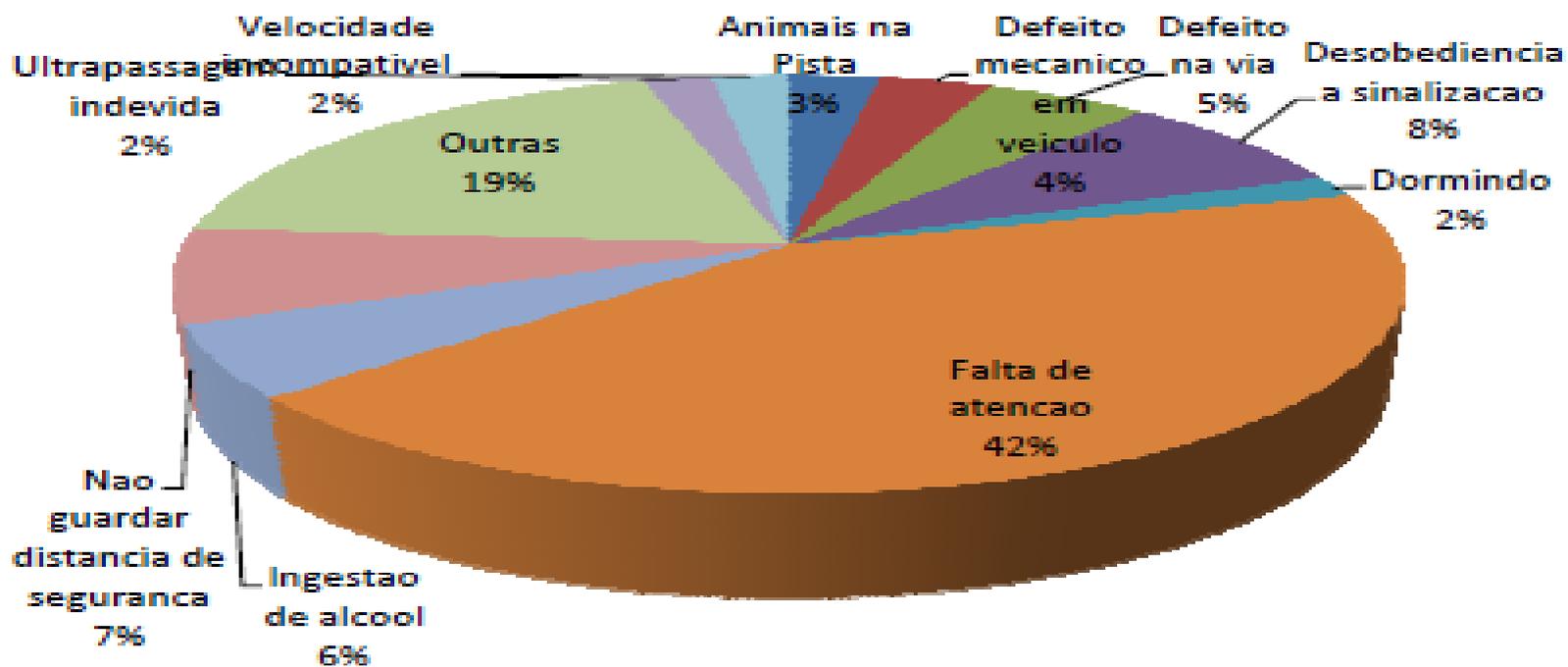
Tabela XVI– Quadro Demonstrativo e Percentual Por Tipo de Acidentes



Fonte: SIGER/DPRF.

ANEXO II

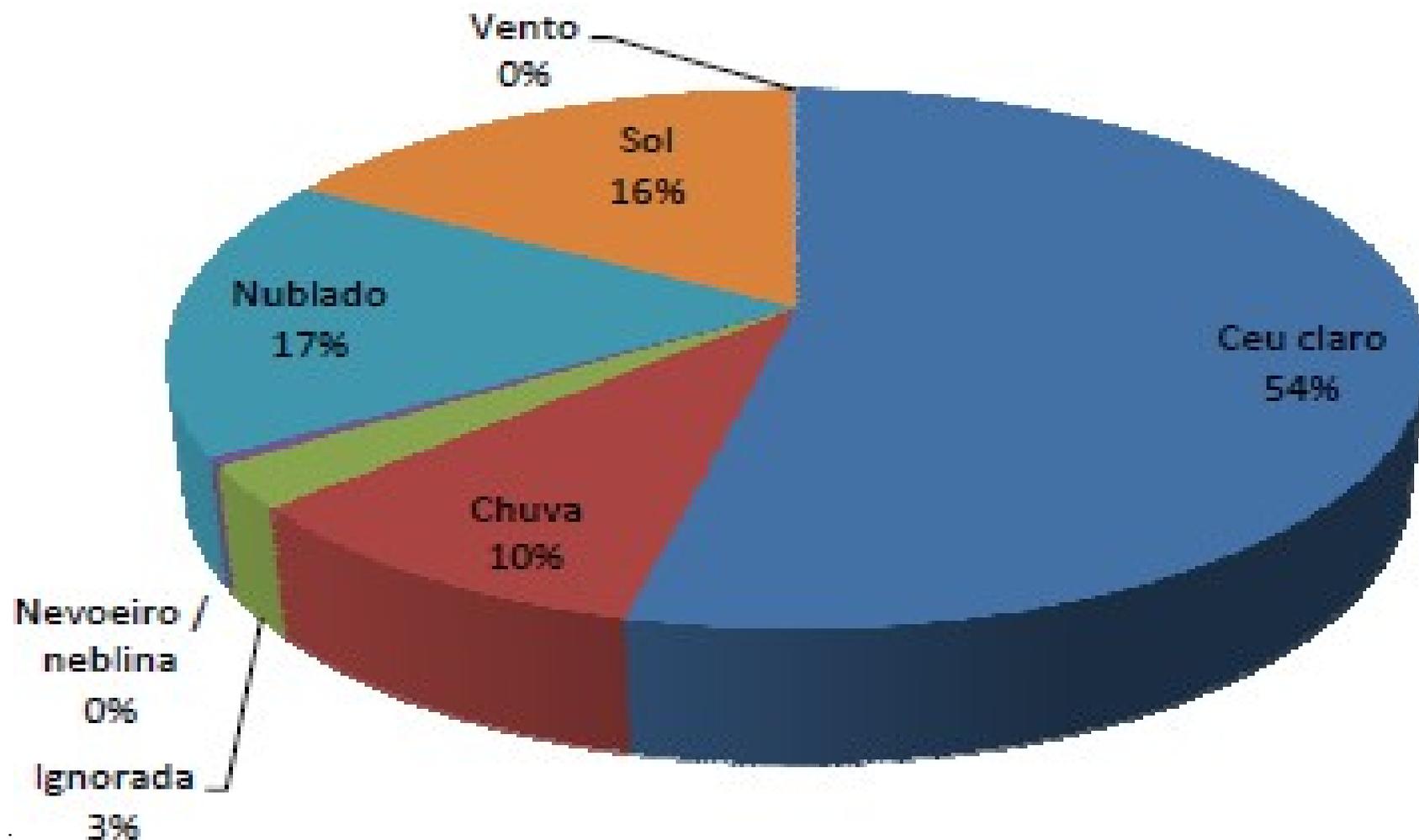
Tabela XVII – Causas Concorrentes de Acidentes



Fonte: SIGER/DPRF.

ANEXO III

Tabela XVIII - Demonstrativo Percentual de Condições de Tempo nos Acidentes



Fonte: SIGER/DPRF.

ANEXO IV

Tabela XX – Quadro A.2.2.3.2 - Ação/Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação							
Código	14VN					Tipo:	
Descrição	APOIO A REALIZAÇÃO DE GRANDES EVENTOS						
Iniciativa	Não Há						
Objetivo	Código:					Tipo:	
Programa	Código:					Tipo:	
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	186.461,82	186.461,82	186.461,82	174.226,40	174.226,40		12.235,42
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	Não se aplica						
Fonte Siafi							

ANEXO V

Tabela XXI – Quadro A.2.2.3.2 - Ação/Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação							
Código	2000			Tipo:			
Descrição	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Código:			Tipo:			
Programa	Código:			Tipo:			
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	2.537.029,86	2.537.029,86	2.537.029,86	2.127.018,17	2.126.720,72		410.011,69
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	Não se aplica						
Fonte Siafi							

ANEXO VI

Tabela XXII – Quadro A.2.2.3.2 - Ação/Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação							
Código	2004			Tipo:			
Descrição	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES						
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões						
Objetivo	Código:			Tipo:			
Programa	Código:			Tipo:			
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	257,71	257,71	257,71	257,71	257,71		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	Não se aplica						
Fonte Siafi							

ANEXO VII
Tabela XXIII – Quadro A.2.2.3.2 - Ação/Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação							
Código	20IC			Tipo:			
Descrição	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA NAS FRONTEIRAS – ENAFRON						
Iniciativa	Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões						
Objetivo	Aprimorar o combate à			Código:		Tipo:	
Programa				Código:		Tipo:	
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim		(x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	22.700.691,66	22.700.691,66	22.700.691,66	204.624,26	204.624,26		22.496.067,40
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	Não prevista						
Fonte Siafi							

ANEXO VIII

Tabela XXIV – Quadro A.2.2.3.2 - Ação/Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação							
Código	20UB			Tipo:			
Descrição	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO						
Iniciativa							
Objetivo				Código:		Tipo:	
Programa				Código:		Tipo:	
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	70.000,00	70.000,00	70.000,00			70.000,00	
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	Não prevista						
Fonte Siafi							

ANEXO IX

Tabela XXV – Quadro A.2.2.3.2 - Ação/Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação							
Código	2723					Tipo:	
Descrição	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Código:					Tipo:	
Programa	Código:					Tipo:	
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	1.977.348,74	1.977.348,74	1.977.348,74	1.816.543,80	1.816.543,80		160.804,94
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	Não prevista						

Fonte: Siafi

ANEXO X

Tabela XXVI – Quadro A.2.2.3.2 - Ação/Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação							
Código	7U23			Tipo:			
Descrição	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA A REALIZAÇÃO DOS GRANDES EVENTOS						
Iniciativa							
Objetivo	Código:			Tipo:			
Programa	Código:			Tipo:			
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	395.952,42	395.952,42	395.952,42	375.952,42	375.952,42		20.000,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	Não se aplica						
Fonte : Siafi							

ANEXO XI

Tabela XXVII – Quadro A.2.2.3.2 - Ação/Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação							
Código	8698			Tipo:			
Descrição	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						
Iniciativa	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas						
Objetivo	Código:			Tipo:			
Programa	Código:			Tipo:			
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	436.937,53	436.937,53	436.937,53	225.910,78	225.910,78		211.026,75
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	Não se aplica						
Fonte : Siafi							

ANEXO XII

Tabela XXVIII – Quadro A.2.2.3.2 - Ação/Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação							
Código	8785			Tipo:			
Descrição	GESTÃO E COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC						
Iniciativa							
Objetivo				Código:		Tipo:	
Programa				Código:		Tipo:	
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	(x) Sim		() Não		Caso positivo: (x) PAC		() Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	22.626,61	22.626,61	22.626,61	22.626,61	22.626,61		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	Não se aplica						
Fonte : Siafi							

ANEXO XIII

Tabela XXXII - Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
08 – Outros Benef. Assist. Do Servidor e do Militar		3025,00		3025,00				3025,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes	5.665.693,51	4.729.782,76	4.812.160,15	3.997.215,94	853.533,36	732.566,82	4.811.862,70	3.997.215,94
08 – Outros Benef. Assist. Do Servidor e do Militar	3.703,43		3.703,43				3.703,43	
14 – Diárias	1.251.008,18	917.572,62	1.251.008,18	916.524,59		1.048,03	1.251.008,18	916.524,59
30 – Material de Consumo	1.229.589,31	1.030.340,68	1.040.874,88	781.100,93	188.714,43	249.239,75	1.040.874,88	781.100,93
33 - Passagens e Despesas com locomoção	374.276,07	236.931,71	258.244,84	203.916,13	116.031,23	33.015,58	257.947,39	203.916,13
36 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	1.504,50		1.504,50				1.504,50	
37 - Locação de Mão de obra	1.404.340,88	1.380.045,39	1.278.896,89	1.230.333,60	125.443,99	149.711,79	1.278.896,89	1.230.333,60
39 – Outros serviços de terceiros – PJ	1.144.981,00	988.412,92	811.834,90	706.165,88	333.146,10	282.247,04	811.834,90	706.165,88
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	29.530,36	18.033,00	28.688,17	17.882,68	842,19	150,32	28.688,17	17.882,68
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	163.488,71	41.996,77	74.133,29	24.842,46	89.355,42	17.154,31	74.133,29	24.842,46
93 – Indenizações e Restituições	63.271,07	116.449,67	63.271,07	116.449,67			63.271,07	116.449,67
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos	22661612,84	95626,58	135000,00	57430,38	21851612,84	38196,20	810000,00	57430,38
39 – Outros serviços de terceiros – PJ	675.000,00						675.000,00	
51 – Obras e Instalações	21.480.456,82		135.000,00		21.345.456,82		135.000,00	
52 – Equipamento e Materiais Permanente	506.156,02	95.626,58		57.430,38	506.156,02	38.196,20		57.430,38
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								

Fonte: Siafi

ANEXO XIV

Tabela XXXIX – Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	24.304.238,41	109.803,73	4.181.745,58	860.559,49	14.762,64	832.033,40	1.203.547,88	25.568,37	51.643,16	31583902,66
	2012	22.270.031,80	117.624,33	3.668.550,52	913.720,37	15.574,63	757.886,42	875.464,67	9.148,00	58.384,19	28686384,93
	2011	25.167.989,42	146.057,91	3.863.653,61	1.012.490,59	16.224,42	779.664,46	923.364,23	0,00	65.599,18	31975043,82
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	###	-	-	-

ANEXO XV

Tabela XLV – Quadro A.5.2.3 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância

Unidade Contratante													
Nome: 21ª. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL													
UG/Gestão: 200131						CNPJ: 00.394.494.0127-38							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	E	009/2013	D.PANA STÁCIO SERVIÇOS – ME 17.649.589/0001-56	26.07.13	26.01.14	03	03					E
2013	L	O	003/2013	F.C.L PONTE – CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS 01.413.227/0001-21	24.04.13	24.04.14	03	03					A
2013	L	O	005/2013	MC COM. E SERVIÇOS LTDA 04.236.031/0001-05	24.04.13	24.04.14	07	07					A
2011	V	O	005/2011	HR. VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA-ME 10.739.606/0001-05	01.01.14	31.12.14	24	24					A
<p>Observações: Dado a falta de disponibilidade orçamentária para cobrir despesas com contratação de Empresa especializada na Segurança Patrimonial armada, houve a necessidade de haver corte de posto de trabalho em algumas de nossas unidades no interior do Estado, qual seja: Posto Policial da 2ª. Delegacia, localizado no Município de Pimenta Bueno, Sede da 2ª. Delegacia de Polícia Rodoviária, localizada no Município de Ji-Parana, Sede da 4ª. Delegacia, localizada no Município de Vilhena, Sede da 5ª. Delegacia, localizada no Município de Rio Branco-AC, Posto Policial de Santa Cecília, localizado no Município de Rio Branco – AC, e Posto Policial de Xapuri, localizado no Município de Xapuri-AC. A gerência da Unidade, vem buscando junto à Administração central do DPRRF/MJ, alocar recursos para suprir as necessidades desta Unidade, pois à ausência da prestação de serviços nessas localidades, vem acarretando prejuízos no que diz respeito a guarda do bem público, como também aos bens de terceiros que ficam sob guarda destas unidades, fazendo com que, o policial que exercer suas atividades para o qual foi contratado, desvie por muitas vezes sua atenção a outros elementos que fogem sua competência.</p>													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SAF

ANEXO XVI

Tabela LXVI – Quadro A.5.2.4 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante														
Nome: 21ª, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL														
UG/Gestão: 200131							CNPJ: 00.394.494.0127-38							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit .	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2013	11	O	015/2013	D.P ANASTÁCIO SERVIÇOS – ME 17.649.589/0001-56	09.01.14	08.01.15	01	01	16	16				A
Observações:														
<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <p>1.Segurança;</p> <p>2.Transportes;</p> <p>3. Informática;</p> <p>4.Copeiragem;</p> <p>5. Recepção;</p> <p>6. Reprografia;</p> <p>7. Telecomunicações;</p> <p>8.Manutenção de bens móveis</p> <p>9.Manutenção de bens imóveis</p> <p>10.Brigadistas</p> <p>11.Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</p> <p>12.Outras</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>														

Fonte: SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ANEXO XVII

Tabela LII - Quadro A.6.2.2 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200131	000300244500-4	13	5	376.027,04	30/11/11	376.027,04		
200131	000300257500-5	13	3	164.698,44	30/11/11	164.698,44		
200131	000300326500-0	13	5	1.641.284,20	12/12/11	1.641.284,20		R\$ 13.740,64
200131	000300327500-5	13	6	142.944,94	30/11/11	142.944,94		
200131	000300421500-6	13	5	328.337,62	30/11/11	328.337,62		R\$ 5.556,19
200131	000300679500-0	13	1	562.975,79	09/12/10	562.975,79		
200131	000500085500-7	13	7	309.995,35	30/11/11	309.995,35		R\$ 10.066,89
200131	000700082500-7	13	4	234.021,73	30/11/11	234.021,73		R\$ 2.850,00
200131	001100043500-2	13	5	256.189,35	30/11/11	256.189,35		R\$ 14.995,25
200131	001300029500-2	13	3	517.060,14	30/11/11	517.060,14		
200131	001500044500-0	13	4	212.750,77	30/11/11	212.750,77		
Total							Σ	R\$ 47.208,97

ANEXO XVIII

Tabela LX - Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa - ANEXO XVIII

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos							
	Recebidos	200109	200131	04121212514VN0001			196.099,82	
		200109	200131	06122211220000001			2.517.160,51	
		200230	200131	06181207020IC0001			83.030,08	
		200109	200131	06181207027230001			2.019.980,57	
		200109	200131	06181207086980001			395.952,43	
		200109	200131	26122212687850001			26.067,87	
200109	200131	26782207520UB0001			70.000,00			
Movimentação Externa	Concedidos							
	Recebidos	200230	200131	06301211220040001			257,71	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital			
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos							
	Recebidos	200109	200131	06122211220000001	37.120,14			
		200109	200131	06181207020IC0001	22.622.484,82			
		200109	200131	06181207086980001	3.819,00			
		200109	200131					
Movimentação Externa	Concedidos							
	Recebidos							